

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**FELIPE AMIN FILOMENO**

**CARACTERIZAÇÃO DAS CRISES FINANCEIRAS DOS CICLOS SISTÊMICOS DE  
ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

**Florianópolis, SC**

**2003**

**FELIPE AMIN FILOMENO**

**CARACTERIZAÇÃO DAS CRISES FINANCEIRAS DOS CICLOS SISTÊMICOS DE  
ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA**

**Trabalho apresentado à disciplina  
CNM5420-Monografia, como condição par-  
cial para obtenção do grau de bacharel em  
Ciências Econômicas pela Universidade Fe-  
deral de Santa Catarina, orientado pelo  
Prof. Wagner Leal Arienti.**

**Florianópolis, SC**

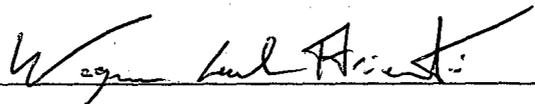
**2003**

FELIPE AMIN FILOMENO

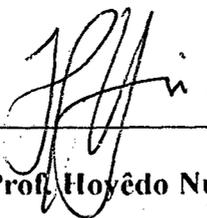
CARACTERIZAÇÃO DAS CRISES FINANCEIRAS DOS CICLOS SISTÊMICOS DE  
ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

A banca examinadora constituída pelos professores abaixo resolveu atribuir conceito DEZ ao aluno FELIPE AMIN FILOMENO, na disciplina CNM5420-Monografia, pela apresentação deste trabalho, que foi julgado adequado como condição parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

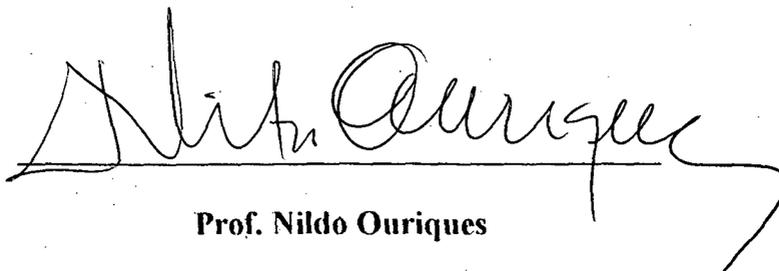
Florianópolis, 17 de julho de 2003.



Prof. Wagner Leal Arienti



Prof. Hoyêdo Nunes Lins



Prof. Nildo Ouriques

“Os intelectuais, sendo os *mais fortes*, encontram a sua felicidade onde os outros pereceriam: no labirinto, na dureza para consigo mesmo e respeito pelos outros, na tentação; o seu prazer está em vencerem-se a si mesmos; entre eles, o ascetismo considera-se natureza, necessidade, instinto. A tarefa difícil é a sua prerrogativa, entreter-se com coisas que cansam os outros serve-lhes de *descanso*... O conhecimento é uma das formas do ascetismo. Compõem a classe de homens mais honrosa, mas isto não impede que ao mesmo tempo seja a mais alegre e a mais amável. Imperam não porque queiram imperar, mas porque são; não possuem a liberdade de ser os segundos. *Os segundos são os guardadores de direito*, os administradores da ordem e da segurança, *são os nobres guerreiros*, sobre todos o *rei*, a fórmula superior do guerreiro, do juiz, do sustentáculo da lei. Os segundos são o elemento executivo dos intelectuais, aquilo que lhes está mais próximo, o que lhes pertence, o que os descarrega de tudo quanto *é grosseiro* no trabalho de reinar”.

**Nietzsche**, em “O Anticristo” (grifos no original).

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Wagner Leal Arienti, pela orientação atenciosa, não só no que se refere a este trabalho, mas também em relação à vida acadêmica e científica.

A meus pais, Orlando e Maria, meus melhores amigos e professores.

A minha irmã Andréa, que anos atrás me pediu que lhe dedicasse um trabalho. Eis o primeiro.

À minha bisavó Francisca, que me ensinou, desde pequeno, a caminhar em linha reta com a cabeça erguida. É assim, de fato, que se chega mais rápido aonde se quer.

À minha avó Ilka, por ser a única pessoa para quem não consigo encontrar a melhor palavra para dedicar.

## RESUMO

Giovanni Arrighi desenvolveu um modelo para a análise do capitalismo histórico baseado na sucessão de quatro ciclos sistêmicos de acumulação que descrevem a ascensão e queda de potências hegemônicas e de seus respectivos regimes de acumulação de capital e poder. Cada ciclo é composto de uma fase de expansão material e outra de expansão financeira. Este estudo trata da caracterização das expansões e crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação. Estuda, através da leitura de obras de F. Braudel, I. Wallerstein e G. Arrighi, a natureza e as características da economia-mundo capitalista. Descreve a lógica geral dos ciclos sistêmicos de acumulação, com base no estudo de obras de Arrighi, ilustrando-a com aspectos concernentes ao ciclo norte-americano. Apresenta os elementos recorrentes que, segundo Arrighi, caracterizam as expansões e crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista, identificando-os na fase contemporânea de financeirização do regime de acumulação norte-americano. Conclui que as expansões e crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação são marcadas por: aumento da competição interempresarial e interestatal, aumento da polarização e dos conflitos sociais, aumento do endividamento do Estado nacional, aumento do poder das altas finanças, concentração de capitais nos centros de acumulação em declínio e nos centros emergentes.

**Palavras-chave:** capitalismo, ciclos sistêmicos de acumulação, crises financeiras.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Ciclos sistêmicos de acumulação.....	40
<b>Figura 2</b> Ciclos sistêmicos de acumulação X Ciclos de Kondratieff.....	45
<b>Figura 3</b> Transições hegemônicas.....	67

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>06</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....</b>	<b>14</b>
2.1 A economia-mundo capitalista como unidade de análise: a abordagem dos sistemas-mundo.....	14
2.2 O moderno sistema-mundo: economia-mundo capitalista e sistema interestatal.....	20
2.3 Elementos para a análise do moderno sistema-mundo.....	23
2.4 O caráter cíclico da economia.....	31
2.5 Uma síntese da economia-mundo capitalista.....	32
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....</b>	<b>34</b>
3.1 Aspectos conceituais dos ciclos sistêmicos de acumulação.....	34
3.2 Hegemonias e ondas longas na economia-mundo capitalista.....	42
3.3 A lógica intrínseca dos ciclos sistêmicos de acumulação.....	45
3.4 O ciclo sistêmico de acumulação norte-americano.....	52
<b>4 EXPANSÕES FINANCEIRAS, CRISES SINALIZADORAS E TERMINAIS NOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO: PADRÕES RECORRENTES.....</b>	<b>56</b>
4.1 A dinâmica geral das expansões financeiras.....	58
4.2 Expansão e crise financeira no ciclo sistêmico de acumulação norte-americano	68

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 77**

**6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 81**

## 1 INTRODUÇÃO

José Luis Fiori (1996) afirma que Giovanni Arrighi, em “O Longo Século XX”<sup>1</sup>, segue a tradição da grande teoria e dos estudos históricos capazes de formular hipóteses mais audaciosas sobre o significado e a direção das transformações globais pela qual passa o capitalismo.

Arrighi alheia-se à micro-teoria e à micro-história, que dão importância demasiada à “novidade” e ao “eventual”, e inscreve-se no que ficou conhecido como análise dos sistemas-mundo, procurando compreender, em perspectiva histórica, as transformações de larga escala do sistema capitalista, concebidas como frutos de movimentos lentos de longa duração.

Nesse sentido, desenvolve um modelo inovador para explicar a dinâmica cíclica do capitalismo histórico propondo uma categoria analítica capaz de abarcar as transições entre Estados hegemônicos e entre regimes de acumulação de capital, no âmbito do sistema mundial, a partir do “longo” século XVI: os ciclos sistêmicos de acumulação.

Na proposta de Arrighi, a evolução histórica do sistema capitalista se realiza em ciclos sistêmicos de acumulação, que seriam compostos, cada um, de uma fase inicial de *expansão material*, em que a produção e o comércio de mercadorias são os meios predominantemente usados pelos agentes hegemônicos para a reprodução do capital, e de uma fase final de *expansão financeira*, em que o comércio de moedas e títulos financeiros e as atividades creditícias passam a ser os principais meios de valorização do capital para esses agentes.

Arrighi (1996) identifica, ao longo da história do capitalismo, quatro ciclos sistêmicos de acumulação, denominando-os de acordo com o agente hegemônico de cada ciclo. Tem-se

---

<sup>1</sup> ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

então, do século XVI à atualidade: o ciclo *genovês*, o ciclo *holandês*, o ciclo *britânico* e o ciclo *norte-americano*.

De acordo como modelo analítico de Arrighi, todos os ciclos sistêmicos de acumulação possuem uma lógica de funcionamento imanente; as expansões financeiras apresentam também, na história do capitalismo, um padrão subjacente. Essas fases são a expressão de uma crise sistêmica de ruptura das estruturas hegemônicas de acumulação de poder e capital que lideraram a expansão material de cada ciclo, mas tiveram sua vitalidade esgotada. Correspondem, portanto, a períodos da transição de um ciclo para outro, em que as estruturas hegemônicas existentes entram em crise e passam a ceder espaço para outras que passam a emergir. Neste sentido, as *crises financeiras* são, sinteticamente, crises sistêmicas subjacentes aos processos de transição hegemônica que têm como traço fundamental as expansões financeiras.

Este trabalho pretende apresentar uma “caracterização das crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação”, através da identificação de seus elementos comuns e padrões recorrentes. É uma tarefa deveras importante, especialmente para a compreensão das atuais transformações do capitalismo histórico que, segundo Arrighi (1996), vive contemporaneamente a fase de expansão financeira do quarto ciclo sistêmico de acumulação, o norte-americano.

Este é, aliás, o objetivo de Arrighi em “O Longo Século XX”: compreender a atual fase de expansão financeira à luz da gestação, desenvolvimento e superação de suas análogas anteriores. Para isso, ele discorre sobre a sucessão dos ciclos sistêmicos de acumulação, comparando as estruturas e estratégias que os caracterizaram, de suas dinâmicas internas, para, ao fim, com base em uma perspectiva histórica, compreender as transformações atuais e os rumos que pode vir a tomar o sistema capitalista.

Muito embora, em certas passagens de suas obras, Arrighi procure deixar seu modelo analítico explícito, de modo geral, os conceitos empregados e as conclusões obtidas por ele

são apresentados de modo difuso, ao longo das narrativas históricas, através de análises comparativas diacrônicas. Ele não dedica, por exemplo, um capítulo especial à sistematização das características das expansões e crises financeiras. Esse é justamente o objetivo deste trabalho: fornecer uma sistematização dos elementos comuns que Arrighi (1996) relaciona a essas fases de financeirização, conformando uma caracterização das crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista.

Para isso, após a revisão bibliográfica e um processo de leitura interpretativa, recorreu-se à tarefa de abstrair de sua narração da história do capitalismo as principais categorias analíticas utilizadas para apresentar e explicar a sucessão dos ciclos sistêmicos de acumulação, e as expansões financeiras em particular, para então sistematizá-las. Não se almeja relatar o desenrolar das expansões e crises financeiras do passado e do presente, mas sim de identificar, a partir da leitura da narrativa histórica feita por Arrighi, as categorias de análise utilizadas por ele. Neste trabalho, as referências históricas são utilizadas apenas ao final de alguns capítulos para fins de ilustração, isto é, para dar conteúdo empírico aos conceitos apresentados.

Existem, ainda, outras categorias de análise mais básicas relacionadas à orientação teórico-metodológica de Arrighi, que dizem respeito à estrutura e à dinâmica da “economia-mundo capitalista”, e cuja compreensão é requisito prévio para o entendimento dos ciclos sistêmicos de acumulação. A apresentação do significado destas categorias é feita de maneira breve e esparsa nos trabalhos de Arrighi, o que torna importante sua apresentação de forma organizada neste trabalho. A apresentação dos conceitos relativos à economia-mundo capitalista baseou-se especialmente nos trabalhos de Wallerstein e Braudel, tendo-se, a partir de sua leitura, empregado o mesmo procedimento de identificação e abstração de categorias analíticas empregado na leitura das obras de Arrighi. Nas obras de Wallerstein e, especialmente, nas de Braudel, as categorias de análise utilizadas também se encontram dispersas ao longo da narrativa de tais autores sobre a história do capitalismo. Apesar de, em certos trabalhos, Wal-

lerstein e Braudel procurarem expor mais claramente seu aparato conceitual, em geral, as categorias analíticas são expostas conforme vão apresentando o "itinerário", a trajetória, da economia-mundo capitalista. Isto torna importante a sistematização de tais conceitos feita neste trabalho, tanto em relação às obras de Arrighi quanto em relação às de Wallerstein e Braudel. A apresentação explícita e organizada desta gama de conceitos é um primeiro passo, que possibilita sua operacionalização em trabalhos futuros.

A estrutura do trabalho baseia-se na apresentação dos conceitos por progressão, ou seja, após esta introdução, que constitui o primeiro capítulo, são apresentados, de uma maneira geral, conceitos relativos à abordagem dos sistemas-mundo e à economia-mundo capitalista. No segundo capítulo, tais conceitos são utilizados para expor o modelo dos ciclos sistêmicos de acumulação. A terceira parte complementa o conteúdo apresentado no segundo capítulo, utilizando o modelo nele apresentado para aprofundar o tratamento dado às expansões e crises financeiras. Ao final, é apresentada a conclusão do trabalho e são tecidas algumas considerações gerais a respeito desta pesquisa.

Ressalta-se a importância de um estudo desta natureza, em virtude da carência de trabalhos que abordem as crises financeiras (especialmente a atual) por uma perspectiva histórica. Em geral, os estudos encontrados sobre o processo de financeirização da economia capitalista tratam esse fenômeno como um novo estágio do sistema capitalista - o "capitalismo financeiro" (como os de Hilferding e Chesnais), ou tratam as crises financeiras de maneira pontual, como eventos de curtíssima duração, marcados por ataques especulativos em mercados financeiros e gerados por desequilíbrios macroeconômicos (como os estudos publicados pelo Fundo Monetário Internacional).

A perspectiva de Arrighi, inspirada em Braudel, analisa as crises e expansões financeiras, marcadas por transições hegemônicas e transformações nos regimes de acumulação, en-

quanto processos *sistêmicos e recorrentes* do capitalismo histórico, diferenciando-se, portanto, das abordagens supracitadas.

As expansões financeiras são tratadas aqui como expressões de crises sistêmicas generalizadas que ocorrem ciclicamente, como momentos em que se aguçam as contradições internas do sistema, em que suas superestruturas se rompem, abrindo espaço para sua reorganização em novo ciclo.

Procurar-se-á, neste trabalho, mostrar que “o que a princípio talvez se afigure como uma mera contingência histórica [como as crises financeiras] começará a parecer refletir uma lógica estrutural” (ARRIGHI, 1996, p. 26).

## 2 A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

### 2.1 A economia-mundo capitalista como unidade de análise: a abordagem dos sistemas-mundo

O conceito de economia-mundo capitalista surge no bojo de uma nova abordagem sobre a história do capitalismo, que emergiu em meados dos anos 1970, com a publicação do artigo seminal “The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis”<sup>2</sup> e do volume “The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century”<sup>3</sup>, ambos de autoria de Immanuel Wallerstein<sup>4</sup>.

Esta abordagem, que ficou conhecida como “análise dos sistemas-mundo”, propunha uma nova perspectiva da mudança social a partir de uma visão *unidisciplinar*, que fundaria uma ciência social-histórica: a análise dos sistemas-mundo pretende ser uma crítica à ciência social do século XIX, mas é uma crítica incompleta que ainda não foi capaz de encontrar um caminho para sobrepujar seu mais duradouro e desorientador legado – a *divisão da análise social em três arenas*, três lógicas, três níveis: o econômico, o político e o sócio-cultural (WALLERSTEIN, 1991, p. 4).

Wallerstein critica a “compartimentalização” das ciências sociais e procura superá-la ao propor uma re-interpretação e reconceitualização da história do capitalismo através de um

<sup>2</sup> Republicado em: WALLERSTEIN, I. The Essential Wallerstein. New York: The New York Press, 2000.

<sup>3</sup> WALLERSTEIN, I. The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.

<sup>4</sup> O conceito de “economia-mundo” fora também definido por F. Braudel, em seus estudos sobre o Mediterrâneo e no 3º volume de “Civilização Material, Economia e Capitalismo”. A maior sistematização e operacionalização deste conceito, no entanto, se devem a Wallerstein, que se dedicou ao estudo do surgimento e evolução da economia-mundo *capitalista*, enquanto sistema histórico específico.

novo ângulo, que envolve a redefinição da unidade temporal e espacial de análise relevante para o estudo dos principais problemas histórico-sociais da modernidade. Sinteticamente, Martínez-Vela (2001) se refere à abordagem dos sistemas-mundo como uma perspectiva macro-sociológica que objetiva explicar a dinâmica da economia-mundo capitalista enquanto um “sistema social *total*”.

Este capítulo apresentará as principais proposições da abordagem dos sistemas-mundo para a análise da história do capitalismo, não havendo intenção de discutir os problemas relacionados à formação de um novo método para a ciência social.

Além de procurar enquadrar as mudanças sociais em termos de totalidades, enquanto unidades de análises, os esforços de Wallerstein são no sentido de: (i) “historicizar” as ciências sociais, (ii) superar a divisão entre as generalizações universais (teoria) e as particularizações (história), (iii) insistir na proposta dialética de que a mudança é a essência, especialmente a mudança lenta (GOLDFRANK, 2000).

Wallerstein concebe o mundo social como uma coexistência de múltiplas entidades de larga escala e longo prazo, as quais ele chama de *sistemas históricos* e que constituem sua unidade de análise básica. Os *sistemas sociais* são sistemas históricos. Um sistema social é definido como uma *entidade econômico-material orgânica* que apresenta uma *superestrutura política* que pode ser “única e central” ou “múltipla e segmentada”. O que confere o caráter orgânico ao sistema social é o fato de em seu interior se dar uma divisão de trabalho única, singular e efetiva entre seus membros, capaz de satisfazer, através de uma rede de trocas sistêmicas e rotineiras, as necessidades básicas de proteção, energia e subsistência de seus , tornando possível sua reprodução material auto-contida (WALLERSTEIN, 2000).

Para ele, os *sistemas sociais* são sistemas históricos complexos. São complexos por consistirem de *múltiplas estruturas*: um sistema social representa uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais que, conjuntamente, o mantêm unido, designando uma

certa unidade. São históricos porque suas estruturas são formadas no longo prazo, se relacionam em determinados períodos, possuem limites temporais, apresentam um *ciclo de vida* com características que mudam na longa duração. Ademais, possuem *limites espaciais*, que podem mudar ao longo de sua história (WALLERSTEIN, 1991).

Genericamente, um sistema social, como qualquer outro sistema, possui limites, estruturas, grupos membros, regras de legitimação e coerência. Sua “vida” é composta de forças conflitantes que o mantêm unido por tensão e que o rompem, na medida que cada grupo visa eternamente à sua remodelação de forma a tirar vantagem dela (WALLERSTEIN, 1974, apud MARTINEZ-VELA, 2001). Além disso, um sistema social tem como base sua constituição por *múltiplos sistemas de valores* que refletem as funções específicas que grupos e áreas desempenham dentro da divisão do trabalho, o que significa que possui um conjunto de regras de legitimação.

De acordo com Wallerstein (1991), os sistemas sociais podem ser de dois tipos: *mini-sistemas* ou *sistemas-mundo*. Os *mini-sistemas* dizem respeito a economias tribais integradas através da reciprocidade e que envolvem uma *única divisão de trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura*. Para Wallerstein (1991), os mini-sistemas que existiram até agora foram absorvidos pela expansão de sistemas-mundo. Atualmente, portanto, os únicos sistemas sociais possíveis, são os sistemas-mundo.

Um *sistema-mundo*, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material deste “mundo” enquanto um organismo auto-contido, ou seja, cuja dinâmica é majoritariamente interna. Sua abrangência espacial é maior do que a de um mini-sistema, pois sua base econômico-material pode abranger *uma ou mais entidades políticas* e comporta *múltiplos sistemas culturais*.

A auto-reprodução material e a larga abrangência espacial fazem este tipo de sistema social parecer, em si, um “mundo”, daí o nome “sistemas-mundo”. Isso não implica que um sistema-mundo seja um sistema *mundial*, ou seja, que abranja geograficamente todo o globo, implica sim que suas fronteiras *podem* ir além dos limites de jurisdições políticas mutuamente excludentes. É um “mundo” no sentido de que tem sua reprodução material viabilizada dentro seus próprios limites, mas, ainda assim, é apenas um *fragmento* do universo que ocupa uma *parte* do globo. O caráter auto-contido de um sistema-mundo também não implica que seus limites sejam estáticos. Transformações internas podem tornar necessária a expansão de um sistema-mundo e, por outro lado, um sistema-mundo pode ser englobado por outro que se encontre em processo de expansão.

É neste ponto que surge a crítica de Wallerstein às abordagens que utilizam o Estado nacional como unidade de análise. Ele pressupõe que a unidade de análise utilizada deve abranger toda uma divisão de trabalho, de modo que a porção do universo separada para estudo constitua uma entidade econômico-material autônoma em suas necessidades básicas, conformando uma unidade orgânica. Isso é o mesmo que dizer que a unidade de observação deve ser um *sistema social*, no sentido da definição proposta por ele. Como, no capitalismo histórico, a divisão do trabalho é mundial e transpassa as fronteiras de uma jurisdição política, a unidade de análise deve ser maior que a economia ou o Estado nacionais. A “economia nacional” não é uma unidade de análise adequada, pois não encerra uma divisão do trabalho dentro das fronteiras estabelecidas pelo Estado nacional. Isto significa que o Estado nacional não é um sistema social, no sentido proposto por Wallerstein. Logo, a unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema-mundo (o *moderno* sistema-mundo, como será visto adiante), isto é, um sistema complexo, com uma divisão de trabalho ampla, e histórico, que ocorre em determinado tempo e está sujeito a mudanças.

Arrighi parece ter ponto de vista semelhante ao afirmar que “nossas percepções da atual crise da soberania do Estado são distorcidas pela superestimação da importância dos Estados nacionais como unidades básicas da política mundial na era moderna” (2001, p. 47).

Afirmou-se, acima, que um sistema-mundo pode abranger uma ou mais entidades políticas, podendo transcender suas fronteiras. Neste sentido, Wallerstein (1991) divide os sistemas-mundo em dois tipos: *impérios-mundo* e *economias-mundo*. Os *impérios-mundo* envolvem dois ou mais grupos culturalmente distintos que dependem de um *sistema de governo único*, vinculado à elite de um centro, que mantém limites geopolíticos específicos dentro dos quais controla a divisão de trabalho e estabelece a apropriação forçada de excedente, através de uma *redistribuição de tributos* feita por uma burocracia e um exército extensos.

Como exemplos, tem-se a China e a Roma Antiga. São caracterizados pela lentidão do progresso técnico (comparativamente ao observado na economia-mundo capitalista), pela apropriação de excedente centrada na tributação e pela vulnerabilidade a rebeliões e conquistas (GOLDFRANK, 2000).

Uma *economia-mundo*, ao contrário, é uma divisão singular de trabalho integrada através do *mercado* e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e economicamente distintas são interdependentes no que se refere a necessidades como comida, energia e proteção, e duas ou mais entidades políticas competem pela sua dominação - *múltiplos sistemas políticos* (GOLDFRANK, 2000).

“Envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1997b, p. 12).

As economias-mundo, segundo Wallerstein, tendem historicamente a se desintegrar e a se transformar em impérios-mundo. A economia-mundo *capitalista* apresenta como idiossincrasia sua resistência a esse processo.

As dimensões de uma economia-mundo são função do estado da tecnologia, e em particular das possibilidades de transporte e de comunicação dentro de seus limites, os quais são sempre fluidos (WALLERSTEIN, 1999).

A tipologia de Wallerstein assemelha-se aos três modos básicos de organização econômica propostos por Karl Polanyi (2000) - recíproco, redistributivo, e de mercado - que correspondem respectivamente aos mini-sistemas, impérios-mundo e economias-mundo.

O sistema-mundo eurocêntrico, originado por volta do século XVI, foi, conceituado por Wallerstein como uma “economia-mundo *capitalista*”: o *moderno sistema-mundo*. Essa unidade de análise proposta por Wallerstein procura incorporar a idéia de sistema histórico. O caráter sistêmico depende, de um lado, da economia e de sua divisão mundial de trabalho e, de outro, da divisão política em unidades politicamente soberanas (Estados nacionais). O moderno sistema-mundo refere-se, portanto, a uma economia-mundo dividida politicamente em Estados nacionais. Com base nisso, e reafirmando a inadequação do Estado nacional enquanto unidade de análise, o desenvolvimento *nacional* só pode ser entendido contextualmente, como o resultado complexo das interações locais com uma “economia-mundo” eurocêntrica em agressivo processo de expansão (CHASE-DUNN, 1995, apud ARRIGHI, 1996).

A definição das unidades de análise usadas na abordagem dos sistemas-mundo é influenciada em grande parte à contribuição de Braudel e da Escola dos Annales. Deles Wallerstein herdou: a ênfase no longo horizonte temporal (“la longue durée”), a atenção aos fatores estruturais básicos de transformação lenta, o foco em regiões geo-ecológicas como unidades de análise, e a consideração da história rural (GOLDFRANK, 2000).

Dos Annales, Wallerstein e Arrighi também herdaram a preferência pela “totalização” em detrimento da “compartimentalização” dos conhecimentos e das interpretações histórico-sociais. Arrighi, em suas obras, “invade” várias “ilhas de conhecimento” e se reconhece como

um ardoroso “amontoador” e construtor, e não um “fragmentador” e demolidor (ARRIGHI, 1996).

Isso condiz com a afirmação de Braudel de que em história não existe fator dominante e com a recomendação que Lucien Febvre fez aos historiadores para que fossem também geógrafos, juristas, etc., e invadissem as outras ilhas do conhecimento social.

## 2.2 O moderno sistema-mundo: economia-mundo capitalista e sistema interestatal

O moderno sistema-mundo é, por definição, uma economia-mundo capitalista, em que as múltiplas entidades políticas que a compõem são Estados nacionais soberanos que juntos formam o sistema interestatal. Há, portanto, dois lados de uma mesma moeda: o sistema econômico que diz respeito à divisão mundial do trabalho da economia-mundo e o sistema interestatal.

A economia-mundo moderna, resultante da expansão da economia-mundo européia, apresenta natureza essencialmente *capitalista*, o que constitui sua característica fundamental. Para que se compreenda melhor o caráter capitalista do moderno sistema-mundo, é importante apresentar os aspectos gerais da visão de Arrighi sobre o capitalismo. Sua interpretação é orientada fundamentalmente pelo conceito braudeliano de capitalismo. Braudel (1985) divide a vida ativa dos homens em três conjuntos de atividade, três dimensões, três “andares”.

A camada inferior dessa estrutura tripartite é denominada de “vida material” e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, ao autoconsumo, à autarquia em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca. É o caso da vida do camponês que consome o que produz em sua própria fazendola,

fazendo-o da mesma maneira que isso vem sendo feito há gerações. Ele encontra-se imerso, mergulhado na vida material.

O andar subsequente é chamado de “economia de mercado” e já diz respeito à vida econômica em si, às trocas, ao mercado, à relação entre pessoas e coisas baseada no valor de troca. Braudel (1985) distingue dois níveis da economia de mercado: um inferior, composto pelos mercados, lojas e vendedores ambulantes; um superior, formado pelas feiras e bolsas, onde o volume transacionado e a complexidade institucional são maiores. Este andar é marcado pela transparência das trocas e pela concorrência entre os agentes. É a “parte” das atividades humanas a que os economistas, em geral, se dedicam.

Entretanto, há processos que não cabe incluir na economia de mercado, pois se baseiam numa forma específica de conduzir os jogos da troca, o jogo de inserção do capital no processo de produção, em que mecanismos extra-mercado (o poder, a coerção, o favoritismo, o privilégio) são utilizados para obter-se a maior parte do excedente. Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartite, ocupada pelo capitalismo. Constitui uma esfera de circulação diferenciada, que fica no topo da hierarquia das trocas. É onde se encontram as *trocas desiguais*, em que a concorrência (característica essencial na economia de mercado) tem um reduzido lugar. Neste sentido, Braudel distingue dois tipos de troca:

uma troca terra-a-terra, concorrencial, pela sua transparência; outra, superior, sofisticada, dominante. Não são os mesmos mecanismos, nem os mesmos agentes, que regem estes dois tipos de atividade, e, aliás, não é o primeiro, mas sim o segundo que constitui a esfera do capitalismo (BRAUDEL, 1985, p. 67).

Nesta esfera, a concorrência é contornada através de instrumentos não econômicos (o monopólio legal, o privilégio, a coerção militar, a diplomacia) colocados normalmente pelo Estado à disposição do capitalista. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL, 1985, p. 70). O capitalismo é, nesse sentido, o *contra-mercado*, onde o contorno da concorrência e a troca desigual são possibilitados pelo amparo

do Estado e permitem aos capitalistas auferir o lucro máximo e anormal que buscam incessantemente. Esta camada superior é a força organizadora e dinâmica do sistema, que prospera, manipula e extrai excedentes dos andares inferiores:

... acima e não abaixo da vasta superfície dos mercados, ergueram-se hierarquias sociais ativas: falsciam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, turbulências [...] Foi assim que grupos de atores privilegiados entraram em circuitos e cálculos que a maioria das pessoas ignora” (BRAUDEL, 1997a, p. 12)

Arrighi também ressalta a importância do capitalismo enquanto força dinâmica e organizadora:

“a questão que concerne diretamente a nossa pesquisa [em “O Longo Século XX”] não é quando e como uma economia mundial de mercado ergueu-se acima das estruturas primordiais da vida cotidiana, mas quando e como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu *poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro* (ARRIGHI, 1996, p. 11, grifo nosso).

Fiori (1996) recapitula estes aspectos, resumindo alguns pontos da visão de Arrighi: (i) o capitalismo é a antítese da economia de mercado; (ii) seu surgimento e expansão se confundem com a do poder estatal; (iii) sua distribuição de custos e benefícios em escala mundial depende, em grande parte, do “fator força”; (iv) o capitalismo tem uma relação apenas instrumental e transitória com o mundo do comércio e da produção; (v) o capitalismo cria e destrói ciclicamente, liderado por organismos cada vez mais complexos, como uma força que se expande na “zona do anti-mercado”, a camada superior onde o dinheiro se identifica com o Estado, o verdadeiro lar do capitalismo.

Note-se que, de acordo com essa perspectiva, o Estado nacional é um elemento fundamental no sistema capitalista. No moderno sistema-mundo, agentes capitalistas amparados por seus Estados nacionais competem, procurando absorver, através de mecanismos econômicos (inovações técnicas e organizacionais) e políticos (coerção militar, diplomacia, subversão) a maior parte do excedente gerado pela produção mundial. Tal fato confere particular dinamismo à economia-mundo capitalista.

Wallerstein (apud GOLDFRANK, 2000) insiste em um alto grau de interconectividade entre a divisão do trabalho da economia-mundo capitalista (basicamente sua base material) e o sistema interestatal (sua superestrutura política, que envolve um conjunto de relações através das quais os Estados definem as soberanias uns dos outros), sugerindo a existência de uma “economia política do sistema-mundo”, em que a produção e o excedente gerados pela divisão mundial do trabalho são organizados e disputados pela classe capitalista baseada em Estados nacionais.

Para cada um desses dois parâmetros do sistema-mundo moderno - a divisão mundial do trabalho e o sistema interestatal - Wallerstein utiliza correspondentes grupos de conceitos ou categorias analíticas que serão apresentados a seguir.

### **2.3 Elementos para a análise do moderno sistema-mundo**

A exposição abaixo não pretende exaurir o aparato conceitual utilizado pela abordagem dos sistemas-mundo, mas apresentar os principais conceitos utilizados para análises do capitalismo histórico sob esta perspectiva. Primeiramente, no que se refere à divisão mundial do trabalho, a base econômica do sistema-mundo, serão apresentadas cinco categorias, as quais foram identificadas por Goldfrank (2000):

(i) *cadeias de mercadorias*: geralmente estão relacionadas ao comércio de longa distância que engloba várias regiões e perpassa fronteiras de territórios de Estados nacionais. São cadeias produtivas e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de suas matérias-primas, em geral feita nas regiões de periferia, até sua transformação em produ-

tos de alto valor agregado, normalmente realizada no centro (a estrutura centro-periferia será exposta a seguir).

Uma cadeia mercantil engloba as diversas etapas do processo produtivo e comercial necessárias para a colocação de um produto final no mercado. O valor gerado pela produção de uma dada mercadoria é distribuído ao longo da cadeia, entre seus diversos elos. Em geral, esta distribuição não é feita de forma equitativa, pois alguns agentes que controlam determinada etapa do processo produtivo e comercial recorrem a meios diversos para absorver o valor gerado em outros segmentos. O monopólio relativo de algum(s) segmento(s) da(s) cadeia(s) de mercadorias foi um modo tradicional de obter uma proporção mais larga do excedente. Esse monopólio relativo pode ocorrer por causa de alguma vantagem tecnológica ou organizacional ou graças a alguma restrição politicamente forçada do mercado.

O que se costuma de chamar de mercantilismo, para Wallerstein (1991), foi simplesmente um método organizado em que capitalistas locais usavam estruturas estatais para organizar o comércio de longa distância e, como corolário, organizar uma divisão do trabalho entre várias regiões da economia-mundo capitalista em expansão. Isso envolvia integrar novas regiões produtoras e consumidoras à(s) cadeia(s) mercantil(is) por eles liderada(s), de modo a absorver grande parte do excedente gerado nesta cadeia. Para ter esta liderança, era necessário minar rivais economicamente mais fortes situados em outros Estados, daí os monopólios metropolitanos do comércio colonial. Em geral, os Estados nacionais, em busca de maior poder frente a seus cidadãos e a outros Estados, procuraram garantir para suas burguesias locais o controle sobre as etapas mais rentáveis das cadeias de mercadorias (o que se relaciona, especialmente, com os conceitos de hegemonia e imperialismo, expostos a seguir).

(ii) *estrutura centro-periferia*: a estrutura centro-periferia é um dos elementos que, ao lado da existência de ciclos longos com fases ascendentes e descendentes e da alternância entre

hegemonia e rivalidade entre Estados nacionais, compõem a “trindade” que é utilizada para descrever e interpretar a história do moderno sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1988, apud GUNDER-FRANK, 1992).

A relação centro-periferia baseia-se numa divisão axial do trabalho entre as várias regiões da economia-mundo capitalista onde são desenvolvidas as etapas das cadeias mercantis. Essa divisão do trabalho entre regiões é manipulada pelos Estados nacionais mais fortes de modo a garantir à sua burguesia local o controle sobre as etapas do processo produtivo e comercial que proporcionem a maior extração do excedente gerado em uma cadeia mercantil. Esta desuniformidade na distribuição do controle das atividades produtivas e comerciais entre burguesias nacionais é continuamente reproduzida na medida que passa a operar uma força centrípeta de concentração do excedente nas mãos da burguesia do centro, através de mecanismos de troca desigual (explicados adiante), que tende a dar continuidade à diferenciação entre as regiões. Vista dessa forma, a distribuição do excedente gerado numa cadeia mercantil é determinada não apenas pela distribuição desigual de vantagens econômicas (organizacionais ou técnicas), mas também pela correlação de forças em que se confrontam as burguesias nacionais e seus respectivos Estados. Neste processo, as regiões de periferia, em que predominam estruturas estatais mais fracas, acaba transferindo boa parte do excedente gerado pelas suas produções locais para o centro.

(iii) *semi-periferia*: a estrutura centro-periferia não é dicotômica, é um “continuum” ao longo do qual são dispostas as diferentes regiões de acordo com o nível de excedente que conseguem reter proporcional a suas vantagens econômicas ou força política. Trata-se de uma sucessão de zonas concêntricas, como coloca Braudel (1985). Assim, existem Estados nacionais que se apresentam em situação intermediária entre centro e periferia, pertencem à semi-periferia.

Goldfrank (2000) considera a semi-periferia um elemento estrutural necessário para uma economia-mundo e atribui a ela dois papéis. Politicamente, contribuem para estabilizar o sistema-mundo através de práticas sub-imperialistas e da absorção de parte da oposição periférica ao centro, evitando que o conflito se polarize. Economicamente, caracterizam-se pelo “desenvolvimento combinado”, apresentando simultaneamente formas arcaicas e modernas de produção, exportando materiais relativamente processados para o centro e manufaturas simples para a periferia, situando-se, portanto, entre ambos no que se refere a níveis de intensidade de capital e capacidade produtiva.

Historicamente, nações que possuíam estruturas estatais relativamente fortes e que pertenciam a áreas externas à economia-mundo capitalista, foram incorporadas a ela como semi-periferia, quando de sua expansão. É o caso de países como a Rússia e o Japão.

No século XX, houve Estados, cujos governos passaram a ser controlados por movimentos socialistas, e que, mediante o clássico recurso ao descolamento parcial do sistema internacional e a práticas mercantilistas, alcançaram o “status” de “semi-periferia socialista”.

(iv) *troca desigual*: diz respeito ao conjunto de mecanismos da divisão de trabalho entre o centro e a periferia que resultam na transferência sistemática de excedente de atividades produtivas localizadas na periferia para o centro mais desenvolvido, gerando uma distribuição desigual da produção mundial e, conseqüentemente, do excedente, que provoca uma diferenciação das unidades do sistema interestatal, na medida que os Estados nacionais se beneficiam do maior excedente apropriado por suas burguesias locais.

Esses mecanismos econômicos e extra-econômicos são utilizados pelas burguesias e seus Estados nacionais para distorcer o mercado a seu favor, através da manutenção de relações monopolistas, no caso do uso de mecanismos econômicos, ou pelo uso da coerção ou diplomacia. Na economia-mundo capitalista, os agentes capitalistas tendem a evitar a operação

normal do mercado sempre que ele não permite a máxima transferência do excedente. Então, recorrem às entidades políticas capazes de afetar o mercado, para que lhes seja permitido o desfrute de maiores lucros, no curto prazo, mediante a recorrência a mecanismos extra-mercados.

Uma vez que condições históricas e geográficas habilitem algum Estado nacional a exercer a hegemonia do sistema mundial e afetar a distribuição do excedente, a operação das forças de mercado e a disparidade de força entre as máquinas estatais colocam em funcionamento a troca desigual.

(v) *acumulação de capital*: processo pelo qual o excedente econômico extraído num processo produtivo é re-convertido em capital. É um conceito oriundo da tradição marxista, encarado por Wallerstein como um processo central que ocorre em escala mundial, envolvendo necessariamente a apropriação do excedente extraído dos trabalhadores no centro e na periferia, mas havendo uma transferência do excedente da periferia para o centro, o que implica historicamente uma maior exploração dos trabalhadores da periferia em relação aos trabalhadores do centro, gerando conflitos competitivos entre nações e classes.

Através da apresentação das categorias acima, foi possível perceber a importância do Estado nacional no jogo das trocas da economia-mundo capitalista e, mais amplamente, na dinâmica do moderno sistema-mundo. O sistema de Estados nacionais soberanos valida o sistema de distribuição desigual do excedente gerado pelas atividades econômicas, sobrepondo-se às cadeias mercantis ao longo das quais se dá a transferência de excedente da periferia para o centro. Em respeito ao moderno *sistema interestatal*, superestrutura política específica da economia-mundo capitalista, são apresentadas três categorias utilizadas por Wallerstein, que foram destacadas por Goldfrank (2000):

(i) *imperialismo*: refere-se à dominação de regiões periféricas, onde as estruturas estatais são fracas ou inexistentes (Estados, colônias ou áreas externas), por parte de Estados centrais mais fortes. Decorre disso que, embora se refira comumente a jurisdições politicamente independentes, há uma diferença entre a soberania “de facto” (real, limitada e relativa) e a soberania “de jure” (teórica) de um determinado Estado. Este conceito, ao lado do de rivalidade interimperialista e de revolução antiimperialista, também tem origens marxistas.

(ii) *hegemonia*: para Arrighi (1996), o conceito de hegemonia mundial diz respeito à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de Estados soberanos, conduzindo-o numa determinada direção para a economia-mundo capitalista e, com isso, sendo percebido como buscando um interesse geral.

Desta forma, o Estado nacional hegemônico intervém na divisão mundial do trabalho com duplo objetivo: garantir uma acumulação mundial dinâmica que gere um excedente crescente e fazer com que este excedente seja transferido da periferia para o centro, ocupando o Estado hegemônico uma posição privilegiada nesta absorção.

Arrighi (2001, p. 32) argumenta que “a liderança por uma instância particular e a transformação sistêmica concomitante são atributos igualmente essenciais do conceito de hegemonia”, ou seja, o Estado hegemônico ao conduzir o sistema-mundo a uma nova direção, por uma determinada via de desenvolvimento, permite o crescimento de toda a economia-mundo, inclusive da periferia, reduzindo a rivalidade entre as regiões centrais e a contestação oriunda das regiões periféricas.

Segundo Gunder-Frank (1992), Wallerstein emprega um modelo sequencial de hegemonia em que a competitividade produtiva em mercados do centro, seguida pela competitividade comercial e, posteriormente, pela competitividade financeira, representam diferentes dimen-

sões de poder que, quando reunidas simultaneamente por um Estado do centro, garantem sua hegemonia. Para Wallerstein,

a hegemonia no sistema interestatal refere-se à situação em que a rivalidade permanente entre as chamadas *grandes potências* é tão desequilibrada, que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos [...] nas arenas econômica, política, militar, diplomática e até cultural (WALLERSTEIN, 1984, p. 38-39, apud ARRIGHI; SILVER, 2001, grifos no original).

Os Estados hegemônicos geralmente empreendem políticas econômicas externas bastante agressivas, normalmente pressionando pela abertura de mercados, e responsabilizam-se pela manutenção de uma configuração estável, porém desigual, de poder na política mundial. Fazem isso com objetivo de moldar o sistema de tal modo que a burguesia concentrada na nação hegemônica controle as etapas mais rentáveis das cadeias de mercadorias, direcionando para si a maior parcela do excedente gerado pela produção.

Wallerstein atribui às hegemonias uma dimensão temporal restrita. Seu surgimento é tipicamente precedido por guerras mundiais e seu declínio está geralmente associado ao aumento das lutas de classes no seu interior e à difusão de suas vantagens técnicas. Há, portanto, um processo cíclico de transição de hegemonias.

(iii) *Luta de classes*: é o conflito entre as classes sociais, tradicionalmente “trabalhadores” e “capitalistas”, decorrente da oposição de interesses econômicos e políticos. É considerada pelo marxismo a principal força motriz da história e encarada, na abordagem dos sistemas-mundo, como um processo que ocorre em escala global, abrangendo toda a economia-mundo e atravessando os limites dos Estados nacionais. A visão de Arrighi sobre a economia-mundo capitalista, influenciada por Braudel, abre espaço para uma interpretação mais ampla da luta de classes, não só ao considerá-la em escala mundial, mas afastando-a de concepções maniqueístas. A idéia de que, numa cadeia mercantil, as partes mais rentáveis do processo produtivo e comercial concentram-se nas mãos de uma burguesia estrangeira, vinculada ao centro, coloca o capitalista da periferia numa situação de dualidade. Ele é ao mesmo tempo explora-

dor e explorado, na medida que parte do excedente que ele extrai de seus trabalhadores é transferida aos capitalistas do centro. Analogamente, a idéia braudeliana de capitalismo como camada superior de uma estrutura tripartite coloca o comerciante (o “microcapitalista”, como coloca Braudel), que está imerso no ambiente concorrencial da economia de mercado como explorado pelo grande capitalista, que manipula e falseia as trocas. Além disso, Arrighi e Silver (2001) inserem questões como raça e gênero nas discussões sobre conflitos sociais e atribui a luta de classes uma dinâmica cíclica, afirmando que períodos de coesão e de conflitos sociais se alternam, numa constante construção e desintegração de pactos sociais. No capitalismo histórico, sob esta abordagem, os grupos são amplos e heterogêneos, mais do que as classes nas análises marxistas. Esta diferença não significa que uma abordagem seja superior a outra, pois deriva de uma diferença de perspectiva que há entre elas e que foi identificada por Arrighi (1996, p. 25): enquanto Marx estudou a relação entre o “dono do dinheiro” e o “dono da força de trabalho”, Braudel estudou a relação entre o “dono do dinheiro” e o “dono do poder político”. Esses dois projetos são, para Arrighi (1996), complementares e não alternativos.

## 2.4 O caráter cíclico da economia-mundo capitalista

Outro elemento característico da economia-mundo capitalista que é necessário se ressaltar é a dinâmica cíclica da economia-mundo capitalista. No que concerne a este assunto, Wallerstein atenta às *ondas longas* (estudadas por Kondratieff e Schumpeter), com duração de quarenta a cinquenta anos, e as oscilações ainda maiores (estudadas por Simiand e Labrousse) com cerca de 300 anos, que lhe conferem a base para sua periodização da história moderna (GOLDFRANK, 2000).

Períodos de expansão chegam ao fim quando uma superprodução entra em choque com os limites da demanda efetiva impostos pela distribuição mundial da renda. Seguem-se, então, crises marcadas pela concentração e centralização de capital, por expansões geográficas da economia-mundo, por mudanças técnicas e lutas de classe que permitem a redistribuição parcial do excedente, a renovação da expansão capitalista e a superação das fases depressivas.

Para Wallerstein (1991), uma das características definidoras de um sistema social é a interação, a tensão, existente entre os ritmos cíclicos e as tendências seculares. A cada ciclo, para que haja superação das crises, ocorre uma reestruturação parcial do sistema capitalista baseada no uso de alguns *meios de reprodução* como, por exemplo, a expansão geográfica e a proletarianização de setores periféricos. Entretanto, à medida que os ciclos passam, estes meios tendem a se esgotar e o sistema aproxima-se cada vez mais de seus limites, de acordo com suas *tendências seculares* (seus processos lentos e contínuos de transformação). A incorporação de novas áreas, capazes de fornecer trabalho e insumos e de servir como mercado consumidor, tem ocorrido descontinuamente ao longo da modernidade, todavia, no século XX, a economia-mundo capitalista passou a cobrir todo o globo extensivamente. Já a proletarianização de setores periféricos, entendida como a conversão do valor de uso da força de trabalho de seto-

res domésticos e de subsistência em valor de troca, através da incorporação de tais setores à dinâmica capitalista enquanto fornecedores de mão-de-obra e mercado consumidor, ainda não atingiu seus limites, mas também há de se esgotar. Isso implica que as reestruturações parciais do sistema, que ocorrem a cada ciclo, resolvem temporariamente suas crises, mas não podem solucionar definitivamente suas contradições estruturais.

Segundo Gunder-Frank (1992), a existência de ciclos econômicos longos de acumulação de capital, com fases de expansão (A) e contração (B), gera mudanças na hegemonia e na posição de países na estrutura centro-periferia-semi-periferia.

A análise dos ciclos e das tendências seculares que descrevem o trajeto do capitalismo histórico é um objeto de estudo importante na perspectiva dos sistemas-mundo. É especificamente esse aspecto da economia-mundo capitalista que Arrighi pretende interpretar ao propor o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, utilizando-se, para isso, dos elementos analíticos expostos anteriormente. Todavia, como será visto, os ciclos de Arrighi são mais amplos do que os de Kondratieff.

## **2.5 Uma síntese da economia-mundo capitalista**

Pode-se, finalmente, sintetizar a caracterização do objeto de estudo de Braudel, Wallerstein e Arrighi, afirmando-se que se trata da formação e desenvolvimento de um determinado sistema histórico, o moderno sistema-mundo, composto por uma base econômico-material, que se refere a uma divisão mundial do trabalho, integrada por cadeias de mercadorias, sobre a qual se sobrepõe uma superestrutura política, um sistema de Estados nacionais soberanos.

Os Estados nacionais, em conluio com a alta burguesia, formam a camada superior desta economia-mundo, que busca a acumulação incessante de capital e poder sustentando-se sobre os setores inferiores da economia de mercado e da vida material. Esta esfera superior é o espaço ocupado pelo *capitalismo* e organiza hierarquicamente a distribuição mundial do controle sobre as etapas produtivas e comerciais das cadeias de mercadorias. Isso é feito de modo que as burguesias nacionais vinculadas aos Estados mais fortes (do centro) controlem (ou monopolizem) determinadas etapas das cadeias mercantis de maneira que possam absorver a maior parte do excedente gerado pelas demais etapas, controladas pelas regiões periféricas. A absorção da maior parte do excedente pela burguesia do centro se dá mediante mecanismos de troca desigual, isto é, mecanismos de mercado distorcidos pelas nações competitivas mais fortes graças à distribuição desigual de vantagens econômicas (técnicas e organizacionais) e políticas (militares, diplomáticas) que se concentram no centro. No entanto, nenhuma das nações é forte o suficiente para controlar toda a economia e suas posições hegemônicas podem ser contestadas mediante o recrudescimento das contradições internas de suas estruturas e pela conquista de vantagens técnicas ou organizacionais, militares ou políticas, no seio de outros Estados nacionais, o que geralmente se dá no ínterim de processos cíclicos de largo horizonte temporal, como será visto ao se estudar os ciclos sistêmicos de acumulação no próximo capítulo.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Este capítulo é dedicado à apresentação do modelo dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista. Na primeira seção, expõe-se, em linhas gerais, seu *significado*, ou seja, que tipo de processos procura interpretar, qual seu contexto teórico e sua contribuição para o arcabouço teórico da abordagem dos sistemas-mundo. Na segunda seção, será apresentada a distinção entre os ciclos sistêmicos de acumulação e uma das abordagens mais clássicas sobre a dinâmica cíclica da economia capitalista, a baseada nos ciclos de Kondratieff. A terceira seção é dedicada à *explicação* dos ciclos sistêmicos de acumulação, ou seja, a apresentação de suas causas e de sua lógica intrínseca de funcionamento. Finalmente, no último tópico, são expostos alguns aspectos do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano que ilustram os conceitos expostos ao longo do capítulo.

#### 3.1 Aspectos conceituais dos ciclos sistêmicos de acumulação

No desenrolar da história existem coisas efêmeras, que mudam, e coisas perenes, que permanecem. Braudel estabelece a distinção entre o “acontecimento”, a “conjuntura” e a “estrutura”, como entes históricos que apresentam, cada um, uma temporalidade específica, uma duração própria.

A temporalidade que concerne à “estrutura” é a “longue durée” (a longa duração); no curso da qual as alterações se dão através de movimentos muito lentos, quase imperceptíveis

ao observador corrente. A análise dos sistemas-mundo atenta especialmente às estruturas, e entende os “acontecimentos” e as “conjunturas” como expressões de estruturas de longa duração.

Arrighi, assim como Wallerstein e Braudel, está interessado em apresentar uma descrição e interpretação das estruturas de longa duração do capitalismo histórico, do *único* processo histórico de expansão capitalista.

Contudo, ao realizar estudos nesse sentido, Arrighi percebe que o processo de formação e expansão do capitalismo histórico não se deu por uma trajetória linear dentro de estruturas constantes e permanentes. Há, de fato, uma *dinâmica* que lhe é própria e que concerne à sua estrutura. As estruturas do sistema-mundo funcionam por ritmos cíclicos, modos padronizados de operação que as governam (Wallerstein, 1991).

Ao longo da história do capitalismo, houve mudanças sistêmicas, caracterizadas por processos de reorganização radical do moderno sistema-mundo, que alteraram substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 30).

Esse é justamente um aspecto essencial da história geral do capitalismo para Braudel e Arrighi: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação. Todavia, a dinâmica cíclica do capitalismo histórico, embora se apresente a cada época sob formas concretas aparentemente mais complexas ou sofisticadas, em diferentes tempos e lugares, possui uma lógica subjacente e repete essencialmente as mesmas contradições sistêmicas do capitalismo, que são resolvidas apenas temporal e parcialmente, mediante o esgotamento progressivo dos meios de reprodução deste sistema, em direção às suas iminentes tendências seculares. Esta interação entre os aspectos essenciais do capitalismo histórico, que se reproduzem, e suas formas concretas, que se transformam, é comentada por Arrighi da seguinte forma:

os ciclos sistêmicos de acumulação [...] apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas

também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos (Arrighi, 1996, p. 8).

A história da expansão do moderno sistema-mundo até suas dimensões atuais passa, então, a ser compreendida como se dando através de uma série de reorganizações fundamentais que o colocaram em diferentes etapas de seu desenvolvimento.

Foi ao procurar as semelhanças e diferenças entre cada uma dessas etapas, seguindo a abordagem dos sistemas-mundo e a perspectiva da longa duração (considerada por ele o único arcabouço temporal adequado para seu trabalho), que Arrighi percebeu que em cada uma delas um determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais era hegemônico no sistema-mundo. Esse bloco exercia sua hegemonia através de estratégias e estruturas específicas mediante as quais promoviam, organizavam e regulavam a expansão da economia-mundo capitalista. Arrighi (1996) denominou esse conjunto específico de estratégias e estruturas hegemônicas do sistema-mundo de “regime de acumulação em escala mundial” e percebeu que cada um desses regimes apresentava um comportamento cíclico.

Arrighi passa, então, a compreender aqueles processos de mudança sistêmica, aqueles períodos de reorganização radical do sistema-mundo, como *transições hegemônicas*, definidas como momentos de mudança no agente principal dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão baseados.

Para interpretar esta trajetória histórica, Arrighi propôs o conceito de *ciclos sistêmicos de acumulação*: ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas, e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhe são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas. Trata-se de uma nova unidade temporal para análise do desenvolvimento histórico da economia-mundo capitalista.

Conforme assinalado no capítulo anterior, Arrighi é influenciado pela concepção braudeliana de que o capitalismo é a esfera superior das estruturas econômicas, em que o poder econômico, do dinheiro, identifica-se com o poder político, do Estado, numa relação de sim-

biose que reforça mutuamente ambas as partes, em busca incessante de acumulação de capital e poder.

Para Arrighi, em cada estágio do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados (“*complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais*”) estão na liderança deste “andar superior”. O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo.

Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais de cada estágio (inter-relacionados e concentrados espacialmente na nação hegemônica) possuem estruturas e estratégias específicas: modos de governo, por parte dos Estados, e modos de acumulação, por parte das empresas. Essas estruturas, regimes ou padrões nascem, crescem e se desintegram. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista.

Arrighi (1996, p. 10) coloca que o principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração desses sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu desde o “longo” século XVI até a atualidade.

Os ciclos apresentam caráter “sistêmico”, pois dizem respeito a um modo de desenvolvimento do moderno sistema-mundo em um determinado período. Isso significa, seguindo a definição de moderno sistema-mundo, que abarca tanto os processos de transição de hegemônias no sistema de Estados nacionais soberanos, quanto as transformações de larga escala nos processos de acumulação de capital ocorridas na economia-mundo capitalista.

Note-se que os ciclos sistêmicos de acumulação não foram frutos de uma teorização prévia, ao invés disso, “surgiram” durante a tentativa de Arrighi de interpretar o processo histórico de expansão do sistema capitalista:

a análise comparativa através da qual os ciclos sistêmicos de acumulação serão construídos segue o método que Philip McMichael (1990) chamou de “comparação incorporada”. Os ciclos não são presumidos, mas construídos, factual e teoricamente, com o objetivo explícito de obter algum entendimento da lógica e do desfecho provável da atual expansão financeira. A comparação é *incorporada* na própria definição do problema pesquisado: constitui a essência, e não o contexto da investigação. Os ciclos que emergem da investigação não são apenas partes de um todo preconcebido, nem tampouco independentes de uma situação; são exemplos interligados de um *único* processo histórico de expansão capitalista, que eles mesmos constituem e modificam. (ARRIGHI, 1996, p. 24, grifos no original).

Esse aspecto mostra uma relativa semelhança entre a metodologia empregada por Arrighi e a idéia de Braudel de história comparada e de aversão a uma teorização prévia. Os ciclos “emergem” da investigação de Arrighi, assim como a estrutura tripartite da economia-mundo de Braudel “salta aos seus olhos” quando de seus estudos para a elaboração de “Civilização Material, Economia e Capitalismo”.

Arrighi (1996) argumenta que quando as estruturas e estratégias hegemônicas que lideraram um determinado ciclo se esgotam e começam a se desintegrar, em meio a suas contradições internas, novas estruturas e estratégias de acumulação de poder e capital estão surgindo em um centro às margens do raio de atuação do Estado hegemônico. Os agentes deste centro emergente passam a contestar o poder hegemônico e podem ser capazes de iniciar e liderar um novo estágio do capitalismo histórico, um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Inicia-se, então a passagem de um ciclo para outro, caracterizada pela disputa entre o centro emergente e o centro decadente pela liderança dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder. É um período de mudança sistêmica e transição hegemônica, em que ocorrem os grandes processos de reorganização do sistema-mundo a que se fez referência anteriormente.

Assim, o ciclo sistêmico de acumulação descreve o processo pelo qual as estruturas e estratégias hegemônicas empresariais e governamentais, que lideram e caracterizam cada estágio do capitalismo histórico, nascem, crescem, declinam e são substituídas por outras que iniciarão e liderarão um novo estágio.

Para Arrighi (1996), a ascensão e a queda das hegemônias e dos regimes de acumulação estão associadas à alternância entre fases de expansão material e expansão financeira. Cada ciclo sistêmico de acumulação constitui-se de uma fase inicial, de expansão material, seguida de uma fase final, de expansão financeira.

No correr das fases de expansão material, a nova hegemonia lidera o processo de expansão sistêmica e ocorrem a consolidação e o desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (período de ascensão). Elas recebem esse nome, porque são fases em que o comércio e a produção de mercadorias (acumulação produtiva) são os meios que podem proporcionar ao capital o máximo retorno e, "ipso facto", são os meios mais usados pelos agentes capitalistas que lideram os processos sistêmicos para reproduzirem seu estoque de capital. Basta lembrar que, no sistema capitalista, o objetivo mor é a reprodução incessante do valor do capital ao *máximo* nível possível.

As fases de expansão financeira são as fases terminais de cada ciclo, durante elas as contradições do regime de acumulação hegemônico, que se encontra plenamente desenvolvido, criam espaços para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos às margens do regime em declínio, um dos quais tornar-se-á o novo regime dominante. Correspondem, portanto, aos períodos de mudança sistêmica, de transição hegemônica, durante o qual o regime de acumulação hegemônico que se encontra em decadência é contestado e progressivamente substituído pelo regime de acumulação emergente na liderança do sistema-mundo capitalista.

Estas fases de expansão financeira são assim denominadas, porque são fases em que o comércio de moedas, de títulos financeiros e o crédito (acumulação financeira) são as ativida-

des capazes de proporcionar a obtenção do lucro máximo pelos agentes capitalistas e, conseqüentemente, são as predominantemente usadas por eles como meios para valorizarem seu estoque de capital.

Braudel, a partir de suas observações empíricas da história européia, fez uma datação das expansões financeiras que estiveram ligadas a transições hegemônicas, ou seja, que se caracterizaram como o “outono” de uma determinada etapa do capitalismo histórico. Arrighi utiliza essa datação para fazer sua periodização dos ciclos sistêmicos de acumulação e consegue desmembrar a longa duração do capitalismo histórico em quatro ciclos sistêmicos de acumulação. Assim, como se pode observar na figura abaixo, do século XV ao início do XVII tem-se o ciclo genovês, do fim do século XVI até durante a maior parte do século XVIII ocorre o ciclo holandês, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX acontece o ciclo britânico, do final do século XIX até a atual fase de expansão financeira vem se dando o ciclo norte-americano.

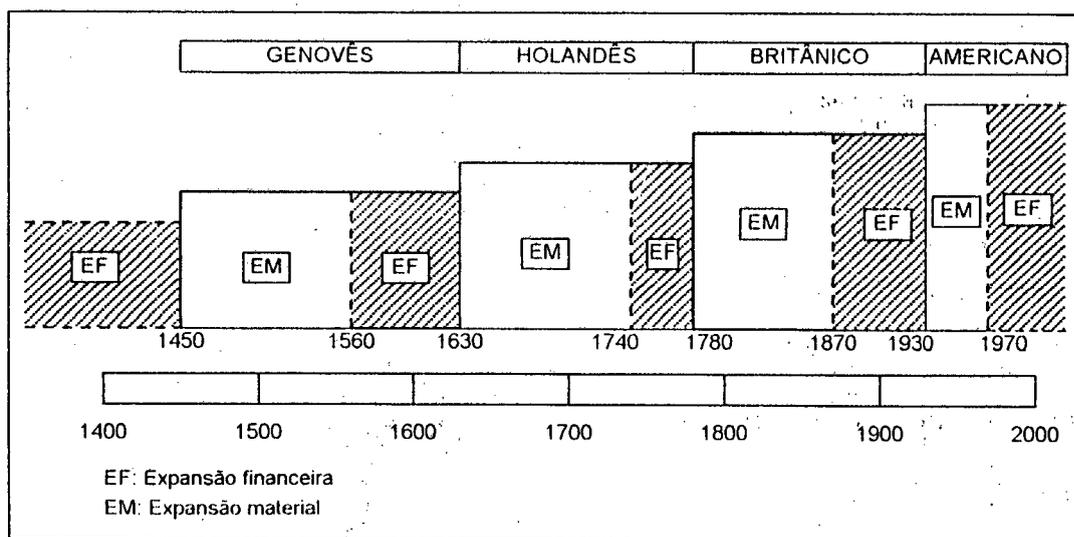


Figura 1: Ciclos sistêmicos de acumulação (fonte: adaptado de ARRIGHI, 1996, p.219).

A expansão financeira anterior a 1450, representada no gráfico, refere-se ao período em que, segundo Arrighi (1996), foram germinadas as estruturas que caracterizaram o capitalismo genovês. Entretanto, tal expansão financeira, que foi centrada nas cidades-Estado italianas, não corresponde a um ciclo sistêmico de acumulação anterior ao genovês, que constitui o primeiro ciclo. As barras do gráfico aumentam ao longo da linha do tempo, dando a aparência de degraus, para representar a expansão do sistema-mundo que ocorre em cada ciclo.

É importante lembrar que, para compreender o sistema-mundo, Arrighi segue a concepção braudeliana de que o capitalismo é o lugar onde se encontram o dono do dinheiro e o dono do poder. Por isso, enfoca sempre as estruturas e estratégias governamentais e empresariais (regimes de governo e acumulação) dos agentes hegemônicos, bem como seu papel na remodelação do sistema-mundo que ocorre a cada ciclo. Daí que os ciclos são nomeados de acordo com os respectivos componentes dominantes do sistema de cada época (genoveses, holandeses...). Isso não significa que sua dinâmica é restrita ao âmbito das estruturas hegemônicas, pelo contrário, refere-se ao funcionamento de todo o sistema-mundo.

Em "O Longo Século XX", Arrighi (1996) concentra seu objeto de estudo nos agentes empresariais e estatais hegemônicos e as correspondentes relações entre os processos sistêmicos de acumulação de capital em escala mundial e as hegemonias no sistema interestatal. O próprio autor reconhece que esta ênfase constitui uma limitação de seu estudo. Segundo ele, para ampliar o potencial explicativo de sua proposta, seria necessário incorporar análises dos "andares" inferiores à esfera do capitalismo (a economia de mercado e a vida material), bem como o estudo das lutas de classes: "a lógica da camada superior [o capitalismo] tem apenas uma relativa autonomia das lógicas das camadas inferiores e só pode ser plenamente compreendida em relação a essas outras lógicas" (ARRIGHI, 1996, p. 26).

O que Arrighi (1996) se propôs a fazer, no livro supracitado, é uma análise desses sucessivos estágios do capitalismo histórico, comparando diacronicamente as estruturas e pro-

cessos do moderno sistema-mundo, em diferentes etapas de seu desenvolvimento, concentrando-se nas estratégias e estruturas dos agentes governamentais e empresariais hegemônicos, a fim de identificar os padrões recorrentes. Houve também a intenção de analisar o mais recente ciclo sistêmico, o norte-americano, à luz dos padrões dos ciclos anteriores, identificando suas semelhanças e anomalias.

Para isso, ele desenvolve uma relação de natureza estritamente instrumental com suas incursões no passado, como atesta a seguinte observação:

A única finalidade de reconstituir as expansões financeiras de séculos anteriores foi aprofundar nossa compreensão da atual expansão financeira como o momento conclusivo de um determinado estágio do desenvolvimento do sistema capitalista mundial (ARRIGHI, 1996, p. x).

### 3.2 Hegemonias e ondas longas na economia-mundo capitalista

Antes de estender-se à explicação da lógica imanente aos ciclos sistêmicos de acumulação, é importante distingui-los de outras abordagens relativas à dinâmica da economia capitalista: os ciclos sistêmicos de acumulação não se confundem com os ciclos de Kondratieff, com os ciclos seculares de Braudel, com curvas logísticas de preço e nem mesmo com os ciclos de hegemonias de Wallerstein.

Não faz parte do escopo deste trabalho dispor todas estas interpretações em perspectiva comparada, pretende-se, aqui, apenas diferenciar o conceito dos ciclos sistêmicos de acumulação de uma das abordagens mais conhecidas e disseminadas sobre os ciclos de longa duração da economia capitalista, a baseada nos ciclos de Kondratieff.

Os ciclos de Kondratieff são ciclos de variação da atividade econômica com duração de 40 a 60 anos, compostos por uma fase de expansão da economia (fase A) e outra de contração (fase B). Seu nome está associado ao economista e estatístico russo Nikolai Kondratieff,

que os estudou. Admite-se que, desde 1790 até a atualidade, tenham ocorrido quatro ciclos de Kondratieff.

Para Arrighi (1997), os ciclos de Kondratieff são primordialmente um reflexo temporal dos processos competitivos da economia capitalista mundial e se referem à alternância entre pressões competitivas mais refeedas e mais intensas no âmbito do sistema interempresas (entendido como uma rede de relações insumo-produto entre empresas, análoga às cadeias de mercadorias).

Nas fases A (de expansão) dos ciclos de Kondratieff, as empresas capitalistas tendem a aferrar-se a acordos costumeiros que sustentam relações de cooperação e complementaridade, nas fases B (de contração), elas se envolvem em lutas que escancaram relações de competição por insumos e mercados, em que prevalece a substituição de antigas por novas combinações de insumo-produto (ARRIGHI, 1997).

Arrighi (1996) argumenta que os ciclos de Kondratieff são constructos empíricos cuja base teórica é incerta e constituem indicadores pouco válidos e fidedignos do que é especificamente capitalista no sistema mundial. Isso porque as relações entre empresas capitalistas são incrustadas em estruturas hegemônicas mundiais, o que precisa ser considerado para uma abordagem mais abrangente da dinâmica cíclica da economia-mundo capitalista. As relações do sistema interempresas dependem de acordos costumeiros e de hegemônias no nível do sistema interestatal que garantem, durante as fases de expansão material, a continuidade do fluxo circular da vida econômica através das fronteiras dos Estados dentro de um determinado regime de acumulação (ARRIGHI, 1997).

Como se viu na seção anterior, essas estruturas hegemônicas também estão sujeitas a padrões geralmente cíclicos de construção e destruição, que Arrighi (1997) associa ao surgimento de revoluções econômicas primárias, tais como a Revolução Industrial (século XVIII-XIX) e a Revolução Organizacional (século XX), e de inovações no Estado nacional, que es-

tabelecem a liderança de um agrupamento nacional específico de empresas e órgãos governamentais sobre o sistema-mundo.

A dinâmica cíclica dessas hegemonias não tem uma relação simples e sincrônica com os ciclos de competição dos sistemas interempresas. Isso leva a crer que as relações de poder no sistema interestatal não são um mero reflexo da liderança nas relações interempresas (ARRIGHI, 1997). Daí a necessidade de uma categoria analítica *mais ampla* que englobasse também a dinâmica cíclica das hegemonias: o ciclo sistêmico de acumulação.

Assim, um ciclo sistêmico de acumulação abarca mais de um ciclo de Kondratieff. Enquanto este dura cerca de 40/60 anos e se refere primordialmente à dinâmica dos processos de competição interempresarial, aquele tem a duração de um “longo” século (geralmente mais de 100 anos) e procura integrar as relações entre empresas capitalistas com as estruturas hegemônicas mundiais. Este é o aspecto que confere aos ciclos de Arrighi o caráter *sistêmico*, pois integram a dinâmica cíclica das duas principais estruturas do moderno sistema-mundo: a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal. Para Arrighi, os ciclos sistêmicos de acumulação captam tanto as mudanças quantitativas, que ocorrem a cada etapa de desenvolvimento do capitalismo histórico, quanto as mudanças qualitativas. Sobre isso, ele coloca que:

Aqui está a principal significância dos ciclos sistêmicos de acumulação. Pois estes ciclos não são meros ciclos. Eles também são estágios na formação e gradual expansão a sua dimensão global presente do sistema-mundo capitalista (ARRIGHI, 1997, tradução do autor).

Além disso, os ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário dos ciclos de Kondratieff, foram formulados para abranger também o período pré-industrial (antes do século XVIII). A figura a seguir serve para ilustrar a diferenciação entre os ciclos de Kondratieff e os ciclos sistêmicos de acumulação, no horizonte de dois séculos:

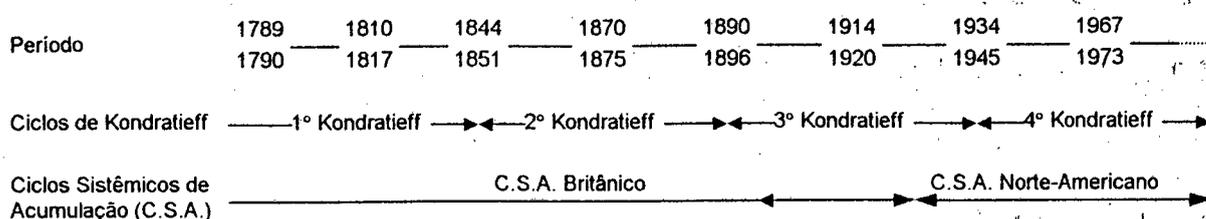


Figura 2: Ciclos sistêmicos de acumulação x Ciclos de Kondratieff.  
(fonte: adaptado de ARRIGHI, 1997, p.30)

### 3.3 A lógica intrínseca dos ciclos sistêmicos de acumulação

Esta seção fará a apresentação da dinâmica de funcionamento dos ciclos de acumulação, ou seja, a exposição das razões que levam à alternância entre fases de expansão material e expansão financeira que caracterizam a ascensão e a queda de hegemonias políticas e regimes de acumulação.

Cada ciclo inicia-se após o período de transição sistêmica marcado pela expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação anterior. O novo Estado hegemônico reorganiza o sistema-mundo e lidera um novo período de expansão sistêmica fundamentado por seus novos padrões de acumulação (produtivos, comerciais e financeiros) e de governo.

Neste período, a hegemonia se consolida e se expande, amplia e aprofunda a divisão mundial do trabalho e a densidade dinâmica do sistema, garante arranjos cooperativos interestatais e interempresariais, Estados e empresas são conduzidos pela via de desenvolvimento preconizada pelo poder hegemônico, permitindo a concretização da fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação.

Nas fases de expansão material, os capitalistas usam seu capital monetário pra mover uma crescente massa de produtos (o que inclui força de trabalho e outros fatores de produção transformados em mercadoria), esperando poder, através da posterior comercialização dos

produtos finais (realização do capital), ampliar ainda mais a liquidez de que dispunham quando converteram seu capital monetário em mercadorias (insumos, força de trabalho...), antes de iniciar propriamente a produção e o comércio.

Este processo ocorre porque nesta fase a introdução de inovações no sistema interestatal e nos processos sistêmicos de acumulação pelos novos agentes hegemônicos faz com que as atividades produtivas e comerciais proporcionem, em relação às demais atividades econômicas, maior lucratividade, ou seja, apresentem maior potencial enquanto meios para a valorização do capital. O investimento produtivo é o meio capaz de garantir aos capitalistas a reprodução de seu capital à máxima taxa possível naquele momento. A acumulação de capital se dá predominantemente sob a forma produtiva.

No correr do tempo, este processo de ampliação rápida e lucrativa da produção e do comércio passa a revelar uma contradição entre a auto-expansão do capital (objetivo dos agentes capitalistas), a expansão material da economia mundial (um meio para a auto-valorização do capital) e a criação de um mercado mundial adequado. No decorrer da expansão material, enquanto os lucros são crescentes ou elevados, mais e mais capitais vão sendo reinvestidos no comércio e na produção. Com uma massa crescente de capitais sendo investida no comércio e na produção, maiores quantidades de insumos vão sendo demandadas (incluindo mão-de-obra, energia, terra e matérias-primas), aumentando seus preços, por outro lado, maior quantidade de mercadorias é oferecida aos mesmos mercados consumidores, fazendo com que caia o preço dos produtos ofertados. O resultado é a redução da taxa de lucro.

De acordo com Wallerstein (1984, apud ARRIGHI; SILVER, 2001), durante as expansões do sistema-mundo, ocorre a disseminação da capacidade tecnológica via imitação entre nações e empresas rivais que procuram seguir a mesma via de desenvolvimento do bloco hegemônico, minando paulatinamente sua posição privilegiada nos processos mundiais de acumulação de capital. Além disso, o crescimento econômico, que ocorre no centro da eco-

nomia-mundo capitalista durante as expansões materiais, causa uma elevação furtiva da renda real das camadas trabalhadoras e dos quadros dirigentes situados na nação hegemônica, em detrimento das taxas de lucro das empresas capitalistas a ela vinculadas.

Configura-se, com o tempo, uma superacumulação de capital no âmbito do comércio e da produção, o que tende a diminuir o retorno sobre o capital investido nessas atividades. A compressão da taxa de lucro implica a diminuição da velocidade de reprodução do valor do capital.

Entretanto paralelamente a isso, verifica-se uma contra-tendência à redução da taxa de lucro, como resultado da estratégia dos capitalistas em reação ao decréscimo dos lucros. Há, assim, o prolongamento da fase de expansão material. O aumento do volume produzido e comercializado possibilita o surgimento de maiores possibilidades de divisão de trabalho, redução de custos e riscos, ganhos de eficiência e economias de escala que são utilizadas pelos capitalistas para manter, por um tempo, os lucros elevados mesmo quando as margens entre os preços de compra e de venda estejam se estreitando.

Além disso, um dos meios utilizados pelos capitalistas para contrabalançar a redução da lucratividade é a introdução de inovações no comércio, tal como preconizou Schumpeter: novos produtos são comercializados, novos canais de distribuição e troca passam a ser utilizados, novas regiões geográficas são incorporadas para fornecerem insumos a baixo custo e consumirem as mercadorias produzidas, etc.

Nesse caso, a expansão adicional gerada não implica aumento da demanda pelos mesmos insumos e nem o aumento da oferta do mesmo produto para os mesmos consumidores. Assim, não há pressão de redução sobre as taxas de lucro.

No entanto, essas inovações não rompem com os padrões vigentes de acumulação e governo, não sendo capazes de conter permanentemente a redução da taxa de lucro. As possibilidades para inovações comerciais e ganhos de escala, dentro do padrão de acumulação e

governo estabelecido, esgotam-se. A diversificação comercial progressiva, isto é, a procura de novas fontes de insumos, de novos mercados consumidores e de novos canais de distribuição, “aniquila” a distância geográfica e funcional que vinha mantendo o mercado de cada agente protegido da concorrência externa. Num dado momento, investir em novos canais de troca significa invadir os canais de troca de outros agentes, disputar os mesmos consumidores e as mesmas fontes de insumo, intensificando, e não mais contornando, a concorrência. O “espaço econômico” necessário para a operação das contra-tendências à redução da taxa de lucro é consumido com o tempo.

O comércio não pode expandir-se indefinidamente. Fica progressivamente mais difícil encontrar oportunidades lucrativas de investimento produtivo. O estreitamento das margens de lucro torna-se impreterível. A *cooperação* intercapitalista passa a ser substituída por uma *competição* cada vez mais violenta que reduz ainda mais os lucros já deprimidos.

Arrighi (1996, p. 232) faz referência a este processo:

Enquanto uma parte desse capital excedente não era empurrada para fora [do processo produtivo e comercial], a taxa global de lucro tendia a cair, e a concorrência entre os locais e os ramos de negócios – bem como dentro de cada um deles – se intensificava.

Assim, após certo tempo de expansão material, cedo ou tarde, a hiper-acumulação de capitais concretiza-se, isto é, a acumulação de capital é muito superior à que pode ser investida *com lucro* no comércio e na produção, especialmente com lucro *máximo*. As organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo em forma líquida (monetária) uma proporção crescente de seus rendimentos, aumentando a disponibilidade de capital circulante em nível mundial. Cria-se uma massa de liquidez excessivamente abundante (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 41).

A mudança de percepção por parte dos agentes capitalistas hegemônicos que faz com que o capital-mercadoria (*M*) - capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro - passe a re-converter-se em capital-dinheiro (*D*) - capital monetário – ocorre

durante o que Arrighi denomina de *crise sinalizadora*. O capital deixa progressivamente a rigidez, a concretude, a perda de flexibilidade, em direção à liquidez, à liberdade de escolha, à flexibilidade.

Por outro lado, a redução dos níveis de produção e comércio decorrente da queda de lucratividade gerada pelo aumento da competição intercapitalista impõe às organizações territoriais (Estados) restrições orçamentárias mais acentuadas, às quais elas reagem competindo intensamente entre si pelo capital que se acumula em forma líquida.

As organizações estatais têm como princípio norteador o poder e o “status”, e não o lucro. Daí que elas têm uma predisposição a romper as limitações impostas à sua busca de “status” e poder pela diminuição do ritmo da expansão comercial. O Estados nacionais passam a demandar capital circulante para sobreviver num contexto de competição mais acirrada, muitas vezes, para financiar a busca forçada por novos mercados, novas fontes de insumos e novos territórios, através de corridas armamentistas e eventos bélicos.

Arrighi (1996, p. 238) resume estes processos da seguinte forma:

Essa combinação de circunstâncias leva alguns agentes (capitalistas, em sua maioria) a desviar seus fluxos de caixa do sistema comercial para o sistema de crédito, aumentando assim a oferta de empréstimos, e outros agentes (territorialistas, em sua maioria) a buscar os recursos financeiros adicionais necessários à sobrevivência num meio mais competitivo, aumentando assim a demanda por empréstimos.

Essas duas tendências geradas pela saturação da expansão material – a hiperacumulação de capitais em forma líquida e a escalada das disputas interestatais – são, respectivamente, as condições de oferta e de demanda da fase de expansão financeira que passa, então, a se desenvolver.

Quando os agentes capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulação e as operações de crédito, especialmente com os Estados que disputam o capital circulante, podem proporcionar maior capacidade de reprodução a seu estoque de capital, eles passam a desviar, em volumes crescentes, seus excedentes para os mercados financeiros.

A partir daí, os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados com a utilização da formulação marxista *DMD'*: a fase de expansão material é uma fase *DM*, enquanto a fase de expansão financeira é uma fase *MD'*.

Em realidade, nas fases de expansão financeira observa-se não só o deslocamento de capital da forma produtiva para a forma financeira, mas também se constata uma abreviação da fórmula *DMD'* para *DD'*: o capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir, conservando-se em estado de liquidez.

A fase de expansão financeira reflete que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas e que o sistema atingiu um grau tal de complexidade através da expansão sistêmica que as estruturas hegemônicas existentes já não conseguem gerenciar.

É um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, de reorganização do sistema-mundo sob nova liderança, durante o qual são lançadas as bases para a superação da crise financeira e início de um novo ciclo sistêmico de acumulação. Interrompe-se aqui o aprofundamento da definição desta fase e de sua caracterização, pois são estes os objetos a serem tratados no capítulo seguinte.

Antes de concluir a exposição do modelo geral dos ciclos sistêmicos de acumulação e passar à sua ilustração com elementos do ciclo norte-americano, é importante assinalar algumas características adicionais dos ciclos sistêmicos de acumulação que podem ser compreendidas com o aparato conceitual já apresentado. Arrighi não trata os ciclos sistêmicos de acumulação como entidades cujo perfil é constante, imutável e que podem repetir-se indefinidamente. Os ciclos sistêmicos de acumulação mudam quantitativa e qualitativamente ao longo do capitalismo histórico, em virtude das próprias transformações e reestruturações que sofre o moderno sistema-mundo a cada ciclo. Não obstante apresentem a mesma lógica de funciona-

mento e a mesma estrutura temporal (a alternância de fases de expansão material e expansão financeira), cada ciclo é distinto dos demais. Este um dos principais aspectos que diferencia os ciclos sistêmicos de acumulação de outras abordagens a respeito da dinâmica cíclica da economia capitalista: eles incorporam o que há de essencialmente capitalista nos processos mundiais de acumulação de capital e poder, por isso mudam juntamente com o próprio sistema capitalista (são *sistêmicos*) e refletem as reestruturações que ocorrem a cada transição hegemônica. A análise comparativa desenvolvida por Arrighi (1996) permitiu identificar algumas características relacionadas a esses aspectos:

(i) o *encurtamento progressivo da duração de cada ciclo*, sugerindo uma certa aceleração da história. Quanto mais avançado o estágio do desenvolvimento capitalista, menos tempo é necessário para que os regimes sistêmicos de acumulação desenvolvam-se plenamente e sejam superados (isso pode ser observado na figura 1, p. 40);

(ii) a *complexidade crescente das estruturas e estratégias* dos agentes governamentais e empresariais dominantes, que se ampliaram funcional e espacialmente ao longo do capitalismo histórico, implicando um aumento do volume e da densidade do sistema concomitante à centralização progressiva das capacidades sistêmicas em um menor número de agentes. Com a seqüência dos ciclos sistêmicos de acumulação e de suas respectivas transições hegemônicas, aumentaram a escala e o alcance das redes de poder e acumulação que permitiram aos Estados hegemônicos reorganizar e controlar o sistema mundial em que operavam. Isso significou o surgimento de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o sistema (os “degraus” crescentes da figura 1, p. 40, procuram representar esta complexidade progressiva);

(iii) o *movimento pendular de reanimação de estratégias e estruturas* governamentais e empresariais já superadas pelo regime precedente. Embora cada regime de acumulação possua estruturas e estratégias próprias, ocorre a cada ciclo a recuperação de alguns elementos

característicos de ciclos anteriores concomitante à criação de estruturas e estratégias novas, dentro de uma lógica básica comum a todos os ciclos. Logo, sua seqüência não se dá de maneira estritamente linear, mas sim de modo cíclico e pendular. Ora as expansões hegemônicas, que ocorrem após cada transição, se dão extensivamente (quando a consolidação do regime emergente envolve a incorporação de novas áreas ao sistema-mundo), ora se dão intensivamente (aprofundando as relações entre as partes já incorporadas).

Arrighi (1996) distingue, nesse sentido, regimes de acumulação extensivos e conquistadores (genovês e britânico) e regimes intensivos e consolidadores (holandês e norte-americano). Naqueles, são geradas estruturas organizacionais cosmopolitas-imperialistas e incorporadoras, primordialmente, de economias externas (obtidas com a anexação de áreas externas ao sistema capitalista). Nos últimos prevalecem estruturas nacionalistas-corporativas, que se beneficiam, sobremaneira, de economias internas (obtidas com o aumento da densidade do sistema capitalista, ou seja, com a intensificação das relações entre as áreas já incorporadas).

### **3.4 O ciclo sistêmico de acumulação norte-americano**

Neste tópico, para dar conteúdo empírico às categorias analíticas que foram apresentadas, serão expostos certos aspectos do quarto ciclo sistêmico de acumulação, o norte-americano, por tratar-se do mais recente. Faz-se isso apenas para fins de ilustração, não se tem a pretensão de apresentar em poucas palavras a história tão complexa que diz respeito àquele ciclo.

Arrighi (1996) coloca que o ciclo sistêmico de acumulação norte-americano se inicia em 1930, quando ocorre a derrocada final da Grã-Bretanha enquanto potência hegemônica mundial. Entretanto, como já foi afirmado, é no correr da expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação anterior que são gestadas as estruturas e estratégias que compõem o regime de acumulação emergente que caracterizará o ciclo seguinte. Assim, para compreender a formação e emergência do regime de acumulação norte-americano, é preciso retroceder a 1870, data que, para Arrighi (1996), corresponde à crise sinalizadora do ciclo britânico e ao início do “longo” século XX.

O período apresentado aqui se refere ao intervalo entre 1870 (data aproximada da crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação britânico, ou seja, do início da expansão financeira sob hegemonia britânica) e 1970 (data aproximada da crise sinalizadora do ciclo norte-americano, quando se inicia a expansão financeira norte-americana, que será tratada apenas no capítulo seguinte).

Por volta de 1870, os agentes capitalistas hegemônicos de então, concentrados espacialmente na Grã-Bretanha, percebendo a saturação da expansão mercantil livre-cambista por eles liderada, passaram a deslocar seus capitais excedentes da indústria para as finanças.

A emergência de potências concorrentes em busca de mercados, como a Alemanha e os EUA, deu início a uma corrida armamentista e a uma escalada na disputa interestatal, criando o ambiente propício para a reprodução da expansão financeira.

Os custos do imperialismo britânico de livre-comércio foram ficando cada vez mais altos e o papel hegemônico de gestão sistêmica foi se tornando complexo demais para uma nação do porte da Grã-Bretanha.

Neste interim, os Estados Unidos passam a desenvolver uma capacidade relativa cada vez maior no sistema interestatal e na economia mundial, graças ao concurso de uma série de fatores e vantagens, destacando-se: o territorialismo interno (empreendido após a independên-

cia americana, envolvendo a conquista e reorganização capitalista das partes mais rentáveis do continente norte-americano); a insularidade e as dimensões continentais do seu território; as dotações de recursos naturais; a distância geo-estratégica das zonas de conflito interestatal (Eurásia) e a proximidade de grandes cruzamentos do comércio mundial (Oceano Pacífico e Oceano Atlântico); o tamanho, dinamismo e potencial de crescimento de seu mercado interno; a Revolução Organizacional (tratada por Arrighi como uma revolução econômica primária) que promoveu a internalização dos custos de transação, mediante um processo de superação do mercado por parte das grandes corporações transnacionais norte-americanas, através da integração vertical, que passaram a liderar os processos de acumulação em escala mundial. Com isso, os Estados Unidos constroem progressivamente capacidades sistêmicas superiores às da Grã-Bretanha, habilitando-se para ocupar a posição hegemônica.

É em 1931 que, após os estragos causados pela Primeira Guerra Mundial e no contexto da crise de 1929, ocorre a derrocada final do ciclo britânico com o colapso do padrão ouro-libra esterlina. Inicia-se, então, um período de consolidação do poderio mundial norte-americano, o que se dá definitivamente após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, após a institucionalização da hegemonia dos Estados Unidos com os acordos de Bretton Woods, a expansão material do ciclo norte-americano ganha força e um grande período de prosperidade, conhecido como a idade de ouro do capitalismo, marca os anos entre 1945 e 1970.

Nesta fase de expansão material, configura-se o desenvolvimento “casado” do Estado norte-americano e da grande corporação multinacional norte-americana, no sentido braudeliano de capitalismo como esfera em que o poder político se une e se identifica com o poder econômico. A respeito disso, Gilpin (1975, apud ARRIGHI, 1996, p. 316) coloca que:

a supremacia política e militar norte-americana, surgida da Segunda Guerra Mundial, foi uma precondição necessária para o predomínio das empresas multinacionais norte-americanas na economia mundial. Mas a recíproca também é verdadeira: o expansionismo das corporações, por sua vez, tornou-se um esteio da posição política e militar da América no cenário internacional.

Contudo, aproximadamente em 1973, ocorre a crise sinalizadora do regime de acumulação norte-americano, expressada pela crise do dólar, dando início à fase contemporânea de expansão financeira, que será estudada no próximo capítulo, e deverá se estender até que ocorra a crise terminal do ciclo corrente.

Para Arrighi (1996), as novas estruturas e estratégias de acumulação que vêm sendo há algumas décadas desenvolvidas no Leste Asiático, especialmente no Japão, representam a possibilidade de uma nova hegemonia, ao menos no campo da economia. Esta é uma hipótese que, no entanto, ainda aguarda ser rejeitada ou aceita à luz do desdobramento dos fatos, como será visto mais adiante.

#### 4 EXPANSÕES FINANCEIRAS, CRISES SINALIZADORAS E TERMINAIS NOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO: PADRÕES RECORRENTES.

Neste capítulo, será aprofundada a apresentação da lógica intrínseca dos ciclos sistêmicos de acumulação, especificamente no que tange as fases de expansão financeira, visando verificar um padrão comum às mesmas, o que constitui o objetivo central deste trabalho.

Almeja-se, aqui, apresentar os elementos comuns que Arrighi (1996) atribui a essas fases, mediante a análise comparativa que faz entre os quatro ciclos sistêmicos de acumulação verificados na história do capitalismo. Além de apresentar as características mais importantes, procurar-se-á explicar os processos intrínsecos de desenvolvimento e superação das expansões financeiras, cuja explicação precisa ser aprofundada.

Para fins de ilustração, será utilizado o período contemporâneo, que Arrighi (1996) entende como de transição hegemônica, ou seja, a atual fase de financeirização do regime de acumulação norte-americano, iniciada por volta de 1970, a fim de ressaltar os aspectos recorrentes dessas etapas.

Daí derivam duas limitações: a primeira devido ao fato de que esta fase ainda não terminou, não tendo ocorrido a crise terminal do ciclo norte-americano, a segunda se relaciona à existência de algumas anomalias que Arrighi identifica na atual fase, e que a diferenciam de suas análogas anteriores. Entretanto, a escolha desta fase é justificada por ser especialmente a sua compreensão o objetivo central de Arrighi em "O Longo Século XX". As anomalias desta última fase, porém, são abordadas apenas brevemente, ao final do capítulo, por tratar-se de fato recente, ainda sujeito a controvérsias interpretativas. Primeiramente, enfatiza-se as *semelhanças* entre a atual fase e as anteriores.

No capítulo anterior, colocou-se que as expansões financeiras são a segunda fase de cada ciclo sistêmico de acumulação, surgem após esgotamento da expansão material e, em seu transcorrer, ocorre a desintegração das estruturas hegemônicas que lideraram cada ciclo. A expansão financeira é, em si, a expressão de uma crise sistêmica subjacente, a crise hegemônica. A delimitação temporal das expansões financeiras é baseada na ocorrência de dois momentos agudos que ocorrem em cada ciclo: as datas de início das expansões financeiras correspondem às *crises sinalizadoras* e as datas finais correspondem ao que Arrighi reconhece como *crises terminais* de cada ciclo. De acordo com a periodização de Arrighi, inspirada em Braudel, ocorreram quatro expansões financeiras ao longo do desenvolvimento da economia-mundo capitalista: (i) a expansão financeira do ciclo genovês: 1560 a 1630; (ii) a expansão financeira do ciclo holandês: 1740 a 1780 (“o período dos chinós”); (iii) a expansão financeira do ciclo britânico: 1870 a 1930 (“a era eduardiana”); (iv) a expansão financeira do ciclo norte-americano: iniciada em 1970 (“a América de Reagan”). Conforme colocado no terceiro capítulo, Arrighi (1996) também observa a existência de uma expansão financeira que ocorreu logo antes do início do ciclo genovês, centrada nas cidades-Estado italianas, mas que, para ele, não constitui parte de um ciclo sistêmico de acumulação, o primeiro ciclo é o genovês. Esses períodos encontram-se representados graficamente na figura 1 (p. 39).

Para Arrighi (1996), enquanto as crises sinalizadoras são mais facilmente identificáveis e datadas nos ciclos sistêmicos passados (1560 no caso genovês, 1740 no holandês, 1870 no inglês, 1970 no norte-americano), por ocorrerem em períodos de relativa estabilidade no comando da economia mundial capitalista, as crises terminais tendem a ocorrer de forma mais difusa e imprecisa, na medida que ocorrem concomitantemente à emergência das novas estruturas do ciclo de acumulação do porvir.

Existem, entretanto, outros tipos de expansão financeira que Arrighi não insere na lógica dos ciclos sistêmicos de acumulação. Ele segue os critérios de Braudel, analisando exclu-

sivamente aquelas que se caracterizam como o “outono” de uma hegemonia, como sintoma da maturidade de determinada forma de desenvolvimento capitalista.

Esta é a primeira característica definidora a se assinalar: as expansões financeiras representam o esgotamento de uma determinada etapa do capitalismo histórico. O que reflete a visão de Arrighi de que “o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios” (ARRIGHI, 1996, p. ix). Neste sentido, Arrighi coloca-se em contraposição em relação a autores como Hilferding e Lênin, para os quais o capitalismo financeiro constitui uma etapa superior do sistema capitalista.

#### **4.1 A dinâmica geral das expansões financeiras**

Embora se apresentem a cada ciclo com traços específicos, as expansões financeiras, segundo Arrighi (1996), possuem um padrão subjacente comum, que será apresentado abaixo.

As expansões financeiras iniciam-se mediante o arranjo sincrônico de uma dupla tendência gerada pela saturação da expansão material sistêmica liderada pelo complexo hegemônico de órgãos estatais e empresariais.

Por um lado, a saturação da expansão material dentro dos padrões de acumulação estabelecidos gera um excesso de capital circulante que não pode ser re-investido com lucro máximo no comércio e na produção, criando as condições de oferta de capital líquido circulante necessárias à expansão financeira.

De outro, as organizações governamentais, quando percebem que as restrições orçamentárias impostas pela desaceleração do comércio e da produção estão limitando sua acumu-

lação de poder e “status”, passam a competir pelos capitais circulantes para financiar projetos expansionistas de disputa de mercados e territórios, criando as condições de demanda para a expansão financeira.

Esse conjunto de circunstâncias consubstancia-se por volta da crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação. São os momentos em que

o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma crise, no sentido de que marca um ponto decisivo, um momento crucial de decisão (ARRIGHI, 1996, p. 220).

É uma crise baseada, portanto, na mudança de percepção dos principais agentes privados dos processos sistêmicos de acumulação de capital (os grandes capitalistas) que não consideram mais a possibilidade de maximizar o lucro com o re-investimento do capital excedente na expansão material da economia mundial, mas percebe a oportunidade de prolongar sua hegemonia no sistema mundial especializando-se nas *altas finanças* (ARRIGHI, 1996).

Segundo Arrighi (1996), essa crise é o primeiro sinal de uma crise sistêmica mais profunda, subjacente à expansão financeira, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. É o reflexo da contradição entre a auto-expansão do capital e a expansão material da economia mundial – a expansão do comércio e da produção tenderam a reduzir a taxa de lucro e, com isso, a frear a reprodução do capital, que passou a migrar para as finanças.

Ademais, a expansão e posterior saturação da expansão material não só levam a uma hiper-acumulação de capitais líquidos, como também conferem ao sistema-mundo uma complexidade tal que põe em cheque a capacidade regulatória das instituições criadas pelo Estado hegemônico. A capacidade organizacional do complexo hegemônico é minada pela saturação da expansão sistêmica que ela própria possibilitou.

Depara-se, assim, com uma situação em que as estruturas e estratégias dos agentes hegemônicos perdem progressivamente sua sustentabilidade material e sua capacidade regulado-

ra de gestão sistêmica. Ruem-se os padrões estabelecidos de governo, acumulação e coesão social.

Por isso, a saída para os agentes hegemônicos é refugiarem-se nas altas finanças cuja lucratividade se inflaciona graças ao processo de competição interestatal pelo capital circulante. Os Estados nacionais, que tiveram seu poder cerceado pelo fim da expansão material, têm uma reação expansionista a este constrangimento e ingressam em conflitos interestatais por territórios, mercados consumidores e fontes de insumos. Entretanto, o fim da expansão material também comprimiu as fontes de receitas dos Estados, de modo que, para financiar sua participação em disputas interestatais, precisam recorrer aos mercados financeiros a procura do capital circulante que passam a disputar.

É o momento em que o Estado hegemônico, líder de uma grande expansão do comércio e da produção mundial que está chegando ao fim, colhe os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez hiper-abundante que se retém nos mercados financeiros, graças à manutenção de sua centralidade nas redes de altas finanças. Esse acesso privilegiado permite que a nação hegemônica em declínio recupere parcialmente seu poder decrescente e contenha, por algum tempo, as forças que desafiam a continuidade de sua dominação (ARRIGHI; SILVER, 2001).

A disputa interestatal pela liquidez mundial amplia as rivalidades entre os Estados, e por isto, ocorre uma escalada nos conflitos interestatais, inclusive bélicos. Os agentes capitalistas, buscando maximizar a reprodução do valor de seu capital, financiam os Estados nacionais, que se tornam dependentes do capital circulante. Neste contexto, o poder estatal vê-se cada vez mais reduzido diante do fortalecimento do poder das altas finanças, que passam a ditar as normas e os requisitos a serem seguidos pelos Estados.

“Os estados, separadamente, tiveram que competir pelo capital circulante, que lhes ditou as condições mediante as quais poderia auxiliá-los a ter poder” (WEBER, 1961, apud ARRIGHI, 1996).

Surge então, como elemento sobressalente da expansão financeira, o endividamento do Estado nacional, a alienação do Estado e de suas receitas:

a dívida pública confere ao dinheiro estéril capacidade de multiplicar-se e, com isso, transforma-o em capital, sem a necessidade de que ele se exponha aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou até na usura (MARX, 1959, apud ARRIGHI, 1996).

Em decorrência da escalada dos conflitos interestatais e do aumento do poder das altas finanças, a soberania estatal “de facto” entra em sua crise crônica, o que se soma a seu definhamento progressivo ao longo da expansão mundial do sistema interestatal de Westfalia, em virtude da centralização crescente das capacidades sistêmicas nas mãos de um número cada vez menor de Estados nacionais.

A instabilidade da economia mundial gerada pelos conflitos interestatais e pelas pressões competitivas intercapitalistas torna-se fonte de lucros especulativos consideráveis e seguros para as altas finanças, para o grupo de agentes capitalistas mercantis que controlavam as grandes redes de comércio e se converteram em financistas imbuídos de uma lógica expansiva e desterritorializada.

Por isso, as expansões financeiras caracterizam-se normalmente por serem “momentos maravilhosos” (“belles époques”) de renovação da riqueza e do poder das elites, então predominantemente sob a forma financeira.

O agente capitalista procura sempre fazer seu dinheiro multiplicar-se sistemática e persistentemente, se ele pode fazer isso prescindindo dos riscos do investimento produtivo e pode fazê-lo com mais segurança em transações financeiras, a acumulação tende a se dar mais diretamente (*DD*), o que constitui algo maravilhoso para o capitalista.

Este processo representa um tipo específico de concentração de capital característico das expansões financeiras relacionado à absorção de capital circulante pelo Estado hegemônico decadente e por outras organizações estatais que procuram sobrepor-se ao aumento das pressões competitivas e ingressam em conflitos interestatais para garantir a sua burguesia nacional melhores condições de acesso a mercados consumidores, fontes de insumos e territórios estrangeiros.

Essa concentração de capital dentro das estruturas organizacionais do ciclo de acumulação que está chegando ao fim associa-se àquele movimento maravilhoso de reanimação do regime de acumulação ainda dominante, mas cada vez mais volátil. Esse processo relaciona-se a uma forma de acumulação predominantemente *financeira* e, por isso, não é capaz de gerar uma nova expansão *material* da economia-mundo capitalista. É o sinal, portanto, de que a derrocada terminal do regime está prestes a se precipitar.

A concentração de poder e dinheiro nas mãos das elites financeiras centradas na nação hegemônica retrata um outro aspecto característico das expansões financeiras: o aumento da polarização e dos conflitos sociais.

O cidadão comum pode empregar-se nas linhas de produção, nas minas, nas usinas, todavia, não tem acesso aos grandes lucros da bolsa, dos bancos mercantis ou das corretoras de valores. Nas fases de financeirização da economia, ele fica, portanto, ainda mais marginalizado dos processos de acumulação e retenção de excedente (PHILLIPS, 1993, apud ARRIGHI, 1996, p. 326). A redistribuição maciça de renda e riqueza em benefício das elites financeiras suscita reações típicas como a perda de coesão social e o surgimento de políticos populistas amparados pelo clima de desamparo e angústia (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 283).

No que se refere ainda à escalada dos conflitos sociais durante as expansões financeiras Arrighi ainda coloca que:

os períodos de transição hegemônica têm-se caracterizado por um conflito crescente entre as elites, como uma reação à intensificação da rivalidade entre os Estados e entre as empresas, de um lado, e à crescente inquietação social vinda das cama-

das inferiores, de outro. O resultado desses processos conjuntos são longos períodos de turbulência social [...] (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 161-162).

No entanto, ao passo que as estruturas hegemônicas começam a se desintegrar em meio a suas contradições, num ambiente de *caos sistêmico*, emergem intersticialmente novos centros de acumulação de capital e poder.

Nas fases de expansão financeira, enquanto as estruturas hegemônicas existentes encontram-se em processo de desintegração, são introduzidas, em outro centro espacial, *inovações na empresa capitalista e na economia-mundo*, associadas ao surgimento de novos padrões de acumulação de capital, assim como *inovações no sistema interestatal*, relacionadas à emergência, nesse mesmo centro, de um Estado nacional com capacidade organizacional superior ao Estado decadente.

Essas inovações no nível da economia-mundo e do sistema interestatal reforçam-se mutuamente na medida em que a centralização da capacidade econômica e financeira nos órgãos empresariais emergentes reforça e é reforçada pela centralização da capacidade política e militar no Estado emergente, num ciclo virtuoso: o Estado hegemônico emergente auxilia suas burguesias locais, mediante a utilização de sua força política, a controlar as parcelas mais rentáveis das cadeias de mercadorias distribuídas pela divisão mundial do trabalho por toda economia-mundo, por outro lado, o controle de uma maior parcela do excedente pelas burguesias locais proporciona àquele Estado mais fundos para a manutenção de uma burocracia política e militar mais poderosa e um controle maior sobre territórios e populações.

Isso consolida os centros emergentes enquanto novos “loci” de acumulação de capital e poder, capacitados a exercer o poder hegemônico e a preparar uma nova expansão material da economia-mundo sob sua liderança.

Esse processo reflete um segundo tipo de concentração, que se dá nos centros emergentes e que, segundo Arrighi (1996), é típico das expansões financeiras. Esta concentração de capital, associada à concentração que também ocorre nas estruturas hegemônicas em declí-

nio, constitui o mecanismo pelo qual o término de um ciclo específico de acumulação em escala mundial é transformado no começo de um novo ciclo. Relaciona-se à origem de estruturas regionais de acumulação, que desestabilizam ainda mais o antigo regime e antecipam a emergência de um novo, refletindo mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital.

Os novos centros de acumulação passam a funcionar como “bombas de sucção” ou centros de gravidade do capital circulante excedente, disputando-o com os antigos centros. A crise hegemônica desloca os recursos financeiros globais para os novos centros, dotados de uma capacidade competitiva decisiva nos processos de acumulação de capital em escala mundial (ARRIGHI; SILVER, 2001).

É uma espécie de “reciclagem” do capital monetário, que passa de estruturas organizacionais que atingiram o limite de sua expansão material para outras estruturas que apenas começam a materializar seu potencial de crescimento por uma via alternativa de desenvolvimento (MARX, 1962, apud ARRIGHI, 1996).

Foi o que aconteceu, por exemplo, na transição da hegemonia holandesa para a hegemonia britânica, quando os capitais holandeses em excesso passaram a migrar para os empreendimentos industriais britânicos. Nos novos centros de acumulação, graças às inovações nos padrões de acumulação de capital e de poder (haja vista que aparecem novos tipos de Estado, novos tipos de sistema interestatal e novos tipos de organizações empresariais), surgem novas oportunidades lucrativas de acumulação *produtiva*, que atraem os capitais circulantes.

Esse fluxo abundante de capitais pode, no entanto, dar origem a turbulências financeiras, pois, muitas vezes, o centro de acumulação emergente não possui ainda capacidades organizacionais suficientemente desenvolvidas para controlar o influxo de capitais.

Braudel (1982, apud ARRIGHI; SILVER, 2001) assinala que as crises que anunciam a derrocada do antigo centro financeiro hegemônico são sentidas primeiramente no centro e-

mergente da economia mundial, que também é o primeiro a curar-se delas. Elas marcam a substituição de um centro financeiro por outro: como a “aparência” de uma transição hegemônica, refletem reorganizações fundamentais no sistema-mundo.

Essas crises mostram que o centro de acumulação emergente está prestes a conquistar, no sentido proposto por Wallerstein, o último componente necessário para a concretização de sua hegemonia: a superioridade nas finanças.

Nesse momento da expansão financeira, a instabilidade e a turbulência se tornam estruturais e tendem a ganhar um impulso próprio que fica além do poder de controle dos dirigentes da máquina capitalista. Com o tempo, esse impulso se torna excessivo para ser suportado pelas estruturas organizacionais controladas pelos agentes concentrados espacialmente na nação hegemônica.

Esse processo tem seu ápice na *crise terminal* do ciclo sistêmico de acumulação: o evento, ou a série de eventos, que marca o aprofundamento da crise sistêmica e que leva à superação final do regime de acumulação dominante e ao fim da expansão financeira. Nesse momento, às estruturas hegemônicas superadas não conseguem arrimar-se, pois já perderam suas capacidades sistêmicas. Instaura-se um período de *caos sistêmico*, até que se consolidem novas estruturas para dar uma nova dinâmica a um novo ciclo sistêmico de acumulação.

O caos sistêmico é verificado quando o sistema, seja em virtude do aumento de sua complexidade gerado pela expansão hegemônica anterior ou pelo agravamento de problemas *sistêmicos* relacionados aos conflitos interempresariais e interestatais, não apresenta mais condições de governabilidade nos termos das estruturas e instituições hegemônicas existentes e de sua respectiva capacidade organizacional e regulatória. Cria-se uma demanda por uma *gestão sistêmica*.

Uma nova expansão material ocorre só após o novo bloco dominante, mediante suas novas estruturas e estratégias, ter amealhado poder mundial suficiente para ficar em condições

de superar os problemas gerados pela expansão financeira, em especial a competição interestatal, e passado a garantir um nível mínimo de cooperação entre os Estados, ou seja, após ter se capacitado a satisfazer a demanda existente por uma gestão sistêmica (ARRIGHI, 1996). São, portanto, as inovações no sistema interestatal e no regime de acumulação que dão origem a novas ondas de expansão material.

A economia-mundo ingressa então numa nova fase de expansão material, numa via de desenvolvimento caracterizada por outras estruturas e estratégias de acumulação e sob a hegemonia de nova elite de capitalistas. Nessa expansão hegemônica, a economia-mundo pode expandir extensivamente, em volume (abrangência geográfica), e/ou intensivamente, em densidade (complexidade).

Finalmente, é importante recapitular os dois grandes processos interligados que ocorrem paralelamente durante cada expansão financeira e que já foram abordados anteriormente: por um lado, tem-se o declínio de agentes empresariais e governamentais hegemônicos, que alimentam a sobrevida de seu poder decadente na expansão financeira, e por outro, observa-se a ascensão de novos agentes empresariais e governamentais, que se entronizam em posição hegemônica através da conquista progressiva de capacidades sistêmicas (de reorganizar e ampliar o sistema mundial) mediante a utilização de novas estruturas e estratégias.

Assim, nesses dois processos que caracterizam a transição, tem-se reestruturações e reorganizações imbricadas nos dois componentes do moderno sistema-mundo: no sistema interestatal (onde uma hegemonia decadente é substituída por outra) e na economia-mundo (onde a divisão mundial de trabalho é alterada pela substituição de um regime de acumulação esgotado e por um regime emergente), ambas se fortalecendo mutuamente.

Há, portanto, uma combinação espaço-temporal de circunstâncias que caracterizam especificamente a crise de uma ordem hegemônica, marcada por uma expansão financeira: a intensificação das rivalidades entre os Estados, a competição interempresarial, os conflitos

sociais e o surgimento de novas configurações de poder. A figura abaixo resume os processos apresentados nesta seção:

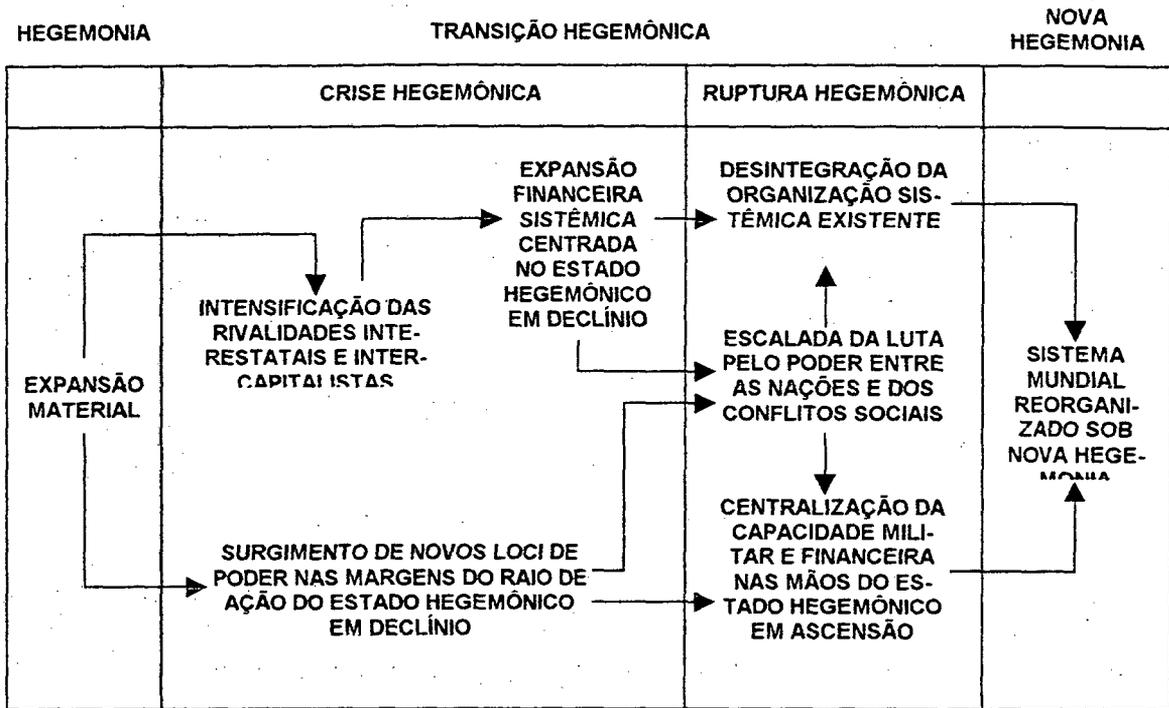


Figura 3: Transições hegemônicas (fonte: adaptado de ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 75).

#### 4.2 Expansão e crise financeira no ciclo sistêmico de acumulação norte-americano

Este tópico pretende dar conteúdo histórico-empírico aos conceitos apresentados anteriormente neste capítulo, através da apresentação da formação e desenvolvimento da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico norte-americano que perdura até hoje.

A dinâmica anteriormente apresentada pode ser verificada quando se observa que, sob a aparência da aceleração da inflação e da desordem monetária da década de 1970, é possível identificar o desenvolvimento típico das crises sinalizadoras de todos os ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, apenas revestida de formas novas e mais complexas (ARRIGHI, 1996).

A fase de expansão material do regime de acumulação sob hegemonia norte-americana das décadas de 1950 e 1960 assemelhou-se com suas análogas anteriores num aspecto fundamental: seu próprio desdobramento resultou numa grande intensificação das pressões competitivas sobre as organizações governamentais e empresariais da economia-mundo capitalista e, conseqüentemente, numa retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção (ARRIGHI, 1996, p. 308).

Esse processo refletiu-se, entre 1968-73, na extraordinária expansão do mercado de eurodólares e no abandono do padrão monetário internacional dólar-ouro e do sistema de paridades cambiais fixas. A partir daí, a acumulação de uma massa crescente de liquidez mundial em depósitos que nenhum governo controlava desestabilizou progressivamente a economia mundial, num processo intenso de financeirização da economia que Robert Gilpin (1987, apud ARRIGHI, 1996) denominou de “revolução financeira global”. Essa dita “revolução” significa, na visão de Arrighi (1996), a recorrência da etapa de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação no regime norte-americano. Dada esta proposição, a partir de agora,

procurar-se-á identificar, nesta fase contemporânea, a dinâmica e os elementos comuns das expansões financeiras mencionados anteriormente.

Conforme colocado acima, a crise sinalizadora do regime norte-americano relaciona-se com a expansão vertiginosa do mercado de eurodólares em torno de 1970. Este mercado desenvolveu-se por volta de 1950, quando países comunistas passaram a depositar suas reservas em dólar em bancos europeus, já que se o fizessem em bancos americanos poderiam ter seus depósitos bloqueados.

Entretanto, entre 1950 e 1960, as grandes corporações transacionais norte-americanas passaram também a depositar reservas nesse mercado, procurando fugir das regulamentações e restrições aos movimentos de capital existentes em outros lugares, especialmente nos EUA durante o governo Kennedy.

Porém, não apenas aspectos regulatórios, mas também alterações mais profundas nas condições econômicas, as quais serão apresentadas abaixo, alavancaram esse processo até que, em 1968, depara-se com uma verdadeira explosão no mercado de eurodólares. O aumento das pressões competitivas que vinha ocorrendo estimulava as grandes corporações norte-americanas a depositarem volumes crescentes de dólares em bancos europeus.

A expansão adicional dessas empresas, isto é, sua auto-expansão, dentro das estruturas e estratégias típicas do regime de acumulação norte-americano, foi dificultada especialmente por alguns fatores: (i) a existência de altas barreiras organizacionais impostas pelas próprias corporações, umas as outras, que impediam sua entrada em outros ramos de negócios; (ii) a reorganização e a conquista crescente do comércio e da produção da Europa e de suas antigas colônias da Ásia e África – o fortalecimento das grandes empresas européias e o esgotamento progressivo dos mercados das ex-colônias passaram a constituir um obstáculo para os norte-americanos; (iii) a pressão altista nos salários dos países centrais entre 1968-73, crescendo em nível igual ou superior ao da produtividade do trabalho nesses países; (iv) a pressão altista no

preço de insumos primários estratégicos, especialmente o petróleo (1º choque do petróleo em 1973).

Como se vê, novamente o mesmo enredo histórico se repete no fim das fases de expansão material: a margem entre preço de venda de produtos e preço de compra de insumos se estreitava, diminuindo o potencial do comércio e da produção enquanto meios capazes de oferecer a máxima reprodução do valor do capital, resultando no deslocamento deste para os mercados financeiros.

Esse processo implicou o ressurgimento das altas finanças privadas, que passaram a ter progressivo controle sobre a produção e regulação do dinheiro mundial, graças ao crescimento explosivo de um mercado de divisas pouco regulamentado – o mercado de eurodólares.

O “keynesianismo militar” do governo norte-americano, que havia provido a demanda efetiva e a liquidez mundial necessárias para manter em andamento a expansão material da economia-mundo no século XX, agora recrudescia a inflação de custos ao aumentar a demanda por mão-de-obra e insumos básicos. A dificuldade adicional que isso impunha às grandes empresas estimulava ainda mais a fuga de capitais do âmbito produtivo para os mercados monetários.

A resposta do Estado norte-americano a essas pressões, primeiramente, foi a instituição de uma política monetária frouxa, que envolvia a ruptura do padrão dólar-ouro e, conseqüentemente, dos regimes de câmbio fixo ao redor do mundo. O governo norte-americano fez isso procurando, através da desvalorização do dólar, ampliar as exportações americanas e o acesso a mercados externos. Além disso, usou políticas de preços administrados para reduzir os custos de energia.

Com a ruptura do padrão dólar-ouro, o Estado norte-americano se livra das restrições que o balanço de pagamentos impunha a oferta monetária. Eliminando-se a necessidade do lastro em ouro, o governo dos EUA passou a dispor livremente da capacidade de emissão de

moeda. Esta centralização do poder de “seignorage”, embora tenha significado a busca da reafirmação do poder dos EUA na regulação do dinheiro mundial que se encontrava crescentemente sob o controle das redes financeiras privadas, apresentou efeitos adversos (ARRIGHI, 1996, p.325).

A oferta superabundante de dólares e a instituição de regimes cambiais flutuantes, relacionados a uma política monetária expansiva, somados aos choques do petróleo, deram, à expansão financeira, incentivo ainda maior do que o aumento das pressões competitivas sobre as grandes empresas já havia feito, ao estimulá-las a retirar seus capitais do circuito produtivo e depositá-los no mercado de eurodólares.

A instituição do regime de câmbio flutuante sujeitou os países do 3º mundo a desestabilizações relacionadas a oscilações no preço de suas moedas frente ao de divisas estrangeiras. As flutuações no valor das receitas de exportação, dos pagamentos pelas importações e dos empréstimos contraídos junto ao exterior decorrentes de variações da taxa de câmbio que cotava a moeda doméstica em relação às moedas estrangeiras (em especial o dólar) os expunham a dificuldades crônicas em seus balanços de pagamentos.

Estes déficits crônicos foram cobertos, em grande parte, mediante a contração de dívidas externas. A grande oferta de dólar permitiu que os bancos internacionais atendessem às demandas por empréstimos, baixando os padrões requeridos para a concessão de créditos. O resultado foi uma série de crises financeiras que tornaram os países menos desenvolvidos reféns das altas finanças e sujeitos a sua disciplina, como ocorrera em fases anteriores de expansão financeira.

Por outro lado, a existência de taxas de câmbio flutuantes, e a conseqüente incerteza que isso causava nos mercados, estimulavam as empresas multinacionais a operarem em mercados financeiros futuros e à vista, visando proteger-se de oscilações que pudessem prejudicar

seus fluxos de caixa. Isso levou a um aumento ainda maior no volume de transações efetuadas nos mercados financeiros.

Paralelamente, o aumento dos preços do petróleo ocorrido neste período teve como consequência o acúmulo de um volume enorme de receitas em dólares nas mãos dos países da OPEP, cujo re-investimento em atividades produtivas não era possível no curto prazo. Esses capitais foram então desviados para os mercados europeus, ficando conhecidos como “petrodólares”, que alimentaram ainda mais a expansão financeira.

Toda essa desordem monetária e os processos inflacionários que ela desencadeava tornavam iminente uma crise de credibilidade do dólar. Para evitar isso, o governo norte-americano reagiu veementemente através da instituição de uma política monetária altamente restritiva, especialmente durante o governo Reagan: “Com o advento da era Reagan, a financeirização do capital, que fora um dos vários aspectos da crise econômica mundial, tornou-se o traço absolutamente predominante da crise” (ARRIGHI, 1996, p. ix).

Seguindo o padrão das hegemonias decadentes que, durante as expansões financeiras, reagem ao aumento das pressões competitivas que cerceiam sua acumulação de poder, o governo Reagan tomou cinco medidas principais, visando re-estabelecer a centralidade do poder americano no sistema internacional:

- (i) redução da oferta monetária;
- (ii) aumento consequente da taxa de juros acima da taxa de inflação corrente (aumento real) dando início a um processo de competição internacional pelo capital circulante;
- (iii) desregulamentação dos mercados financeiros norte-americanos, liberalizando a atuação das elites financeiras a fim de atrair mais capitais;
- (iv) expansão vertiginosa do endividamento público dos EUA. Note-se que a competição dos EUA pelo capital circulante mundial, somada ao endividamento externo dos países do 3º mundo, configura a competição interestatal pelo capital circulante tão marcante nas fases

de expansão financeira. O aumento do déficit orçamentário federal e da dívida pública tornou os EUA o principal devedor mundial, assim como, segundo Arrighi (1996), aconteceu com a Inglaterra entre 1914-45;

(v) aumento da competição com outros Estados nacionais: a escalada da Guerra Fria com a União Soviética (programa Iniciativa de Defesa Estratégica) e incursões militares em outros países (Granada em 1983, Líbia em 1986, Panamá em 1989 e Iraque em 1990).

A segunda, a quarta e a quinta medidas significam a alienação do Estado através das dívidas públicas e o aumento da luta interestatal pelo poder, elementos tão característicos das expansões financeiras, sua condição de demanda.

“Como em todas as expansões financeiras anteriores, portanto, a mobilização da *vara de condão* que dota o dinheiro estéril de poder de procriação, sem a necessidade de ele se expor aos problemas e riscos inseparáveis da iniciativa produtiva” (ARRIGHI, 1996, p. 328, grifos no original).

Essa concentração de capital que passava a acontecer nos EUA sob o impacto de sua política monetária restritiva assemelhou-se a um dos dois tipos de concentração de capital característicos das expansões financeiras, aquele que acontece dentro das estruturas de acumulação de poder e capital decadentes que buscam sua reanimação, sua sobrevivência.

O outro tipo de concentração de capital, aquele em direção aos centros emergentes de acumulação, em regiões a margem do Estado hegemônico, também é observado na atual fase. O “arquipélago capitalista” do leste asiático (composto por Japão - como líder- Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong e outros Estados) é identificado por Arrighi (1996) como o centro regional de um novo regime de acumulação.

Para Arrighi (1996), desde os anos 1970, tem havido um deslocamento espacial do epicentro dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Como se viu, para ele,

houve deslocamentos desse tipo em todas as crises e expansões financeiras que marcaram as transições de um ciclo sistêmico para outro.

O “milagre econômico” do leste asiático só começou realmente na década de 1970, após a crise sinalizadora do regime de acumulação norte-americano. Sua expansão industrial foi acompanhada por uma mobilidade ascendente na hierarquia do valor adicionado e do capital excedente da economia-mundo capitalista, ou seja, os agentes capitalistas do leste asiático estão controlando parcelas mais rentáveis das cadeias de mercadorias (muitas delas criadas recentemente).

Essa região beneficiou-se da expansão financeira contemporânea. Hong Kong, em 1982, tornou-se o terceiro maior centro financeiro do mundo, depois de Londres e Nova York. Arrighi sugere inclusive, que a crise financeira asiática da década de 1990, segue o padrão identificado por Braudel de que os centros de acumulação emergentes são os primeiros a sofrerem com a crise financeira da hegemonia decadente, sendo também os primeiros a se recuperarem dela.

No que tange a expansão material da economia mundial, Arrighi já considera aquela região como sede primária da expansão da produção e do comércio mundiais. As fontes do progresso desse capitalismo emergente relacionam-se a vantagens geopolíticas que o Japão e a Coreia do Sul receberam no pós-guerra dos EUA, tendo usufruído acesso privilegiado aos mercados deste país e externalizando seus custos de proteção (“desenvolvimento a convite”).

Além disso, concorre para o sucesso do capitalismo do leste asiático, a emergência de um novo regime de acumulação baseado na reprodução ampliada do sistema de subcontratação multiestratificado, típico da iniciativa empresarial japonesa, que se caracteriza por: maior informalização, especialização flexível (“acumulação flexível”, como coloca David Harvey), estrutura descentralizada das atividades produtivas, cooperação interempresarial vertical e

horizontal, aproveitamento da oferta abundante e competitiva de mão-de-obra do leste e sudeste asiáticos (ARRIGHI, 1996).

Esta possibilidade de emergência de um novo ciclo sistêmico de acumulação a partir do Leste Asiático é um dos pontos mais controversos da obra de Arrighi, uma hipótese que o desenrolar da história ainda não confirmou, como atesta a recessão econômica vivida pelo Japão na década de 1990. Muitos questionam a suposta decadência da hegemonia norte-americana e a possibilidade de emergir do Japão, qualificado pelo próprio Arrighi como uma nação desprovida de capacidade de gestão do Estado e da guerra, a liderança sistêmica para um novo ciclo sistêmico de acumulação. Por isso, Arrighi (1996, 2001) faz uma série de questionamentos, baseados em algumas anomalias da atual expansão financeira sobre a capacidade dos países do leste asiático (ou de um deles) liderarem um novo ciclo sistêmico de acumulação. Entre as anomalias da atual fase apontadas por Arrighi (1996), encontram-se a bifurcação/dissociação das capacidades militares, concentradas nas mãos do governo norte-americano, e das capacidades financeiras, concentradas no leste asiático, e o fato de o Japão não desfrutar dos empréstimos que concedeu aos EUA para a corrida armamentista durante Guerra Fria da mesma maneira que os EUA desfrutaram dos empréstimos que fizeram à Grã-Bretanha antes e durante as duas grandes guerras mundiais. Por isso, o estudo do significado e das implicações históricas dessas anomalias (e das transformações vividas no leste asiático de modo geral) se mostra necessário.

Em vista disto, Arrighi (1996) considera três possíveis desfechos para a atual crise sistêmica: (i) que os antigos centros (EUA) consigam deter o curso da história capitalista e mantenham-se no topo do sistema através da criação de um *império mundial*, devido à impossibilidade de um novo complexo de órgãos estatais e empresariais conseguir superá-los no que se refere à capacidade de gestão sistêmica; (ii) que o capital do leste asiático venha a tomar uma posição de comando nos processos sistêmicos de acumulação de capital, porém sem possuir a

capacidade requerida de gestão do Estado e da guerra. Por este caminho, o capitalismo, enquanto “anti-mercado”, pereceria junto com o poder estatal, que fez sua fortuna na era moderna, e a camada subjacente da economia de mercado voltaria a uma espécie de ordem anárquica; (iii) que o sistema-mundo regressse vigorosamente ao caos sistêmico encontrado há seiscentos anos atrás, quando emergira o moderno sistema-mundo, numa forma ainda mais turbulenta. Para Arrighi (1996), a resposta para essas e outras indagações devem ser buscadas no nível das estruturas fundamentais da economia de mercado e da vida material, que foram excluídas de sua investigação.

Retornando à identificação de semelhanças entre a atual fase de expansão financeira e as de ciclos anteriores, isto é, à configuração da Era Reagan como mais uma “*belle époque*” do capitalismo histórico, coloca-se, como última semelhança observada neste trabalho, o aumento, constatado por Arrighi (1996), da polarização social experimentado contemporaneamente.

Porém,

a semelhança mais marcante entre essas duas *belle époques* [a norte-americana e a britânica] foi o quase completo desconhecimento, por parte de seus beneficiários, de que a prosperidade súbita e sem precedentes de que eles haviam passado a desfrutar não se apoiava numa solução da crise de acumulação que havia precedido os bons tempos. Ao contrário, a prosperidade recém-descoberta assentava-se num deslocamento da crise de um conjunto de relações para outro. Era só uma questão de tempo para que ela re-emergisse sob formas mais problemáticas (ARRIGHI, 1996, p. 335).

Enfim, mesmo considerando os questionamentos sobre o surgimento de um novo regime de acumulação e sua nova potência hegemônica, a análise de Arrighi, conforme o resumo nesta seção, apresenta muitos aspectos comuns entre a atual fase de financeirização do regime de acumulação norte-americano e as fases de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores. Assim, a proposição de Arrighi merece ser considerada em futuras análises, que devem observar o desenvolvimento desta fase contemporânea do capitalismo histórico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto nos capítulos anteriores, é possível elencar, de maneira geral e sucinta, os principais aspectos interligados que caracterizam as crises e expansões financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista:

(i) intensificação da competição interempresarial por insumos e mercados consumidores;

(ii) intensificação da competição interestatal em resposta ao aumento das pressões competitivas, escalada dos conflitos armados;

(iii) a financeirização do capital: deslocamento do capital das transações de bens e serviços para o comércio de moedas e títulos financeiros, manutenção dos excedentes de capitais em forma líquida ou monetária;

(iv) a transição hegemônica: substituição progressiva de um complexo hegemônico de órgãos governamentais e empresariais por outro;

(v) movimento duplo de concentração de capital: um em direção às estruturas do regime de acumulação em vias de superação e outra em direção aos centros emergentes de acumulação de poder e capital;

(vi) alienação das finanças dos Estados: crescente dívida pública, comprometimento das receitas futuras;

(vii) diminuição dos poderes estatais em relação às altas finanças: sujeição à disciplina fiscal por parte dos Estados nacionais, crise da soberania estatal;

(viii) caos sistêmico: rompimento dos acordos costumeiros e institucionais que vinham sustentando a expansão material (conforme aconteceu com os acordos de Bretton Woods na década de 1970), aumento da polarização e dos conflitos sociais, e ocorrência de crises finan-

ceiras, sendo que as relacionadas à crise terminal do regime de acumulação são sentidas primeiramente nos centros emergentes.

Finalmente, colocam-se, agora, alguns comentários acerca da abordagem seguida neste trabalho. O modelo dos ciclos sistêmicos de acumulação, enquanto hipótese da história econômica do capitalismo, permite atribuir sentido a uma série de eventos que vêm marcando a época corrente, permite sistematizá-los num todo coerente e lógico. E, se considerar-se que interpretar for atribuir sentido a algo, ressalta-se aqui o potencial interpretativo das propostas de Arrighi.

Neste sentido, a atual financeirização da economia-mundo capitalista se torna mais compreensível ao ser enquadrada como expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano. Este enquadramento é possível, como mostra a relação feita, acima, de características das expansões financeiras, que foram identificadas na atual fase. Considera-se válido procurar enquadrar, em futuras pesquisas, outros aspectos da atualidade, que também podem ser mais analisados segundo esta abordagem, por exemplo: a pressão dos Estados Unidos pela liberalização comercial no continente americano (ALCA), a guerra entre EUA e Iraque em 2003 (o Estado hegemônico envolvido em disputas diplomáticas e militares relacionadas ao acesso a mercados consumidores e fontes de insumos), a reação do governo norte-americano aos ataques terroristas de 11 de Setembro (enquanto reação imperialista comum às potências decadentes que vêm seus projetos frustrados), a alienação das finanças estatais (incluindo o caso do Brasil) em favor das altas finanças privadas (o que se agravou desde os choques do petróleo), a crise financeira asiática dos anos 90 (que, para Arrighi, relaciona-se às dificuldades que um centro financeiro emergente sente, antes dos demais, na derrocada de hegemonias) e, até mesmo, a eleição presidencial brasileira de 2002 (que poderia enquadrar-se no que Arrighi entende pela ascensão de políticos populistas permitida pela sociedade,

quando, angustiada, não suporta mais a distribuição maciça de renda que é feita em favor das elites financeiras).

O estudo desses problemas, especialmente os brasileiros, à luz do modelo de Arrighi (o que implica situá-los no contexto de uma transição hegemônica marcada por uma expansão financeira) pode constituir um promissor programa de pesquisas. Trata-se de operacionalizar, a partir da sistematização de categorias de análise feitas neste trabalho, os conceitos relativos à perspectiva dos sistemas-mundo e ao modelo dos ciclos sistêmicos de acumulação.

Ademais, a compreensão da própria crise do Estado nacional (não só a crise crônica de sua soberania, ocorrida nas expansões financeiras, mas também seu questionamento contemporâneo enquanto paradigma e “locus” fundamental de poder) também é fundamental para vislumbrar-se os rumos que o capitalismo histórico poder tomar. A formação de blocos econômicos institucionalizados, como a União Européia, é um exemplo de acontecimento que pode ser situado neste contexto, enquanto tentativa de fazer frente às pressões de deslocamento do poder para abaixo e para acima do nível do Estado nacional (respectivamente, em favor de unidades políticas menores, como federações, regiões ou cidades, e de unidades políticas maiores, como organizações supra-estatais), as quais Arrighi (1996) relaciona à crise do Estado nacional.

Além disso, o presente trabalho, e mesmo os trabalhos de Arrighi, também podem ser mais enriquecidos ao incorporar-se séries quantitativas de dados sobre variáveis cujos comportamentos podem ilustrar a dinâmica das expansões financeiras, tais como o endividamento dos Estados, níveis salariais e níveis gerais de preços. Trata-se de acrescentar mais conteúdo empírico.

Tendo em vista essas considerações, destaca-se finalmente: a validade do método histórico como caminho para a compreensão de eventos econômicos recentes (especialmente a história comparada); a necessidade de se localizar os acontecimentos no tempo e no espaço,

na conjuntura e na estrutura; a necessidade de se estudar os fenômenos sociais contextualmente (no âmbito de um sistema-mundo) e em sua totalidade (isto é, sem subtrair-lhes aspectos políticos, culturais e de outras naturezas).

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Globalization, state sovereignty, and the “endless” accumulation of capital**. Versão revisada de artigo apresentado na “Conferência sobre Estados e Soberania na Economia Mundial”, Universidade da Califórnia, Irvine, Fev. 21-23, 1997. (disponível em: <http://fbc.binghamton.edu/1997papers.htm>)

ARRIGHI, G; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo (volume I): As Estruturas do Cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo (volume II): Os Jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997b.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

FIORI, José Luís. Tempo, dinheiro e poder. Discurso Editorial USP. *Jornal de Resenhas* (especial). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, maio de 1996.

GOLDFRANK, Walter L. Paradigm regained? The rules of Wallerstein’s world-system method. *Journal of World-Systems Research*, VI, 2, p. 150-195, Summer/Fall 2000.

GUNDER-FRANK, Andre. The five thousand year world system: an interdisciplinary introduction. *Humboldt Journal of Social Relations*, Vol. 18, No. 2, p. 1-80, Spring 1992.

MARTÍNEZ-VELA, Carlos A. World systems theory. In: RESEARCH SEMINAR IN ENGINEERING SYSTEMS, Fall 2001. **Course notebook...** Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, Theotonio dos. A teoria do sistema-mundo. **Revista Teoria e Debate**, No. 33, Fundação Perseu Abramo.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world system: capitalist agriculture and the origins of the european world economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 1974.

\_\_\_\_\_. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los origins de la economia-mundo europea en el siglo XVI**. México, DF: Siglo Ventiuno Editors, 1999.

\_\_\_\_\_. **The Essential Wallerstein**. New York: The New York Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms**. Cambridge: Polity Press, 1991.